



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 17

SEXTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1. — ATA DA 14ª SESSÃO, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

Dos Líderes Carlos Chiarelli, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Alberto, referente à indicação do Senador Rachid Saldanha Derzi para exercer a função de Líder da Maioria.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Manutenção, por decurso de prazo, dos votos apostos aos Projetos de Lei do Senado nºs 18/84 e 19/87 e Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1986.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR RACHID SALDANHA DERZI, como Líder da Maioria — Orientação que imprimirá à sua atuação como Líder da Maioria.

SENADOR JAMIL HADDAD — Polícia Rodoviária Federal bloqueia cavarana que se destina a Brasília. Falta de decoro parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Política econômica do Governo.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Home-nagem de pesar pelo falecimento do Dr. João Cardoso do Nascimento Júnior.

SENADOR CARLOS ALBERTO — Problema habitacional do País.

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Supersafra agrícola. Problemática dos aposentados. Construção de ferrovia no Estado do Espírito Santo.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Impossibilidade do prosseguimento dos trabalhos, tendo em vista a realização de sessão da Assembleia Nacional Constituinte, convocada para hoje, às 13 horas e 30 minutos.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 10 a 14, de 1988

3. — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

— nº 1, de 1988

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 14ª Sessão, em 4 de fevereiro de 1988

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, José Ignácio Ferreira, Jutahy Magalhães e Dirceu Carneiro.

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos D'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão —

Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto

— José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Francisco Rollemberg

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 950,00

Exemplar Avulso Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

— Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Córrea — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Marcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente:

Os líderes partidários, abaixo assinados, tendo em vista a escolha feita pelo Exmº Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, do nome do ilustre Senador Rachid Saldanha Derzi para exercer a função de Líder do Governo no Senado, vêm indicar a V. Exª aquele eminente Senador para Líder da Maioria, a fim de que, como tal, possa dispor das atribuições e competências previstas pelo Regimento da Casa, que não prevê a figura do Líder de Governo.

Brasília, 2 de fevereiro de 1988. — **Carlos Chiarelli**, PFL — **Fernando H. Cardoso**, PMDB — **Carlos Alberto**, PTB.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esgotou-se no dia 1º de fevereiro o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação

do Congresso Nacional sobre as seguintes matérias, vetadas pelo Senhor Presidente da República:

Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1984 (nº 6.184/85, na Câmara dos Deputados), que acrescenta a categoria profissional de contador no grupo das profissões liberais;

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1987 (nº 199/87, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1984, que institui o vale-transporte;

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 131, de 1986 (nº 7.245/86, na origem), que concede pensão especial a Maria Barbosa da Silva, e dá outras providências.

Nos termos do § 4º, do referido dispositivo constitucional, os vetos são considerados mantidos.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estréio, na qualidade de Líder do Governo, para onde a generosidade e a confiança do Senhor Presidente da República me trouxeram, após uma longa trajetória política que se iniciou, no calor da juventude, com as lutas pela liberalização e democratização da nossa vida política, para continuar, posteriormente, nos embates pela modernização e crescimento econômico do País, e a ser concluída, estou convicto, com o pleno êxito destas bandeiras, da juventude e da maturidade, com a consolidação democrática e a modernização do Brasil. Generosidade e confiança essas que as manifestações de solidariedade que tenho recebido, que me emocionam e estimulam, me fazem crer serem, também, compartilhadas por meus pares.

São quarenta ou mais anos de atividade política que testemunharam, talvez, o período mais rico e desafiante de nossa história, quando evoluímos de uma economia agrária, exportadora de bens primários, para a oitava potência industrial do mundo. Quis, então, o Senhor Presidente da República homenagear não o modesto representante de Mato Grosso do Sul, por mais lisonjeiro,

e o é, o seu gesto em termos pessoais e de meu Estado, mas à geração política que testemunhou e participou ativamente, como há pouco me referi, dos instantes mais importantes da história deste País, simbolizando assim seu apreço e confiança nos políticos para concluírem a transição democrática e dotarem o Brasil, através de uma nova Constituição, de instrumentos capazes de vencer nossos grandes desafios atuais:

— Consolidar a modernização, através de avanços científicos e tecnológicos e da integração definitiva da nossa economia ao cenário internacional;

— Erradicar as disparidades, pessoais e regionais, de renda, dando a todos a oportunidade e a justa recompensa do trabalho produtivo;

— Ampliar os direitos, individuais e coletivos, agilizando e aprimorando a administração pública.

Falo de desafios, Sr. Presidente, com otimismo não aquele ingênuo e irresponsável que desconhece os momentos difíceis que atravessamos mas aquele calcado no conhecimento da capacidade de trabalho, da determinação e da criatividade do nosso povo e das nossas elites, para enfrentarem e superarem os maiores entraves as maiores dificuldades.

Falo de desafios, na certeza de que os venceremos e seremos capazes, como Nação, de construir nosso futuro, de realizarmos nossos melhores sonhos e anseios de justiça social e desenvolvimento econômico.

Falo de desafios, para manifestar o empenho do Governo, ainda esta semana reafirmado pelo Senhor Presidente da República aos Presidentes dos demais poderes, aos seus Ministros e às lideranças políticas do Congresso, em construir nos próximos anos, aqui e agora, através do combate sério, sem vacilação, sem desânimo, aos problemas da atualidade. Neste sentido, determinou o Senhor Presidente José Sarney o cumprimento à risca do Orçamento da União, salientando sua importância à política de contenção dos gastos públicos e, conseqüentemente, ao controle inflacionário. A ordem é reduzir o déficit público e melhorar a aplicação dos recursos orçamentários para acabar com a inflação e estimular os gastos prioritários em programas sociais. É o fim do desperdício e das "benesses". Expressou, também, a determinação de que de agora em diante a iniciativa privada seja menos tolhida e dependent

da ação governamental, podendo assim desempenhar seu papel na construção de riqueza e contribuir decisivamente para a solução desses problemas.

Por fim, ressaltou o Presidente que o Governo, sem piedade, combaterá os focos de corrupção que ainda, lamentavelmente, sobrevivem em nossa sociedade. São decisões corajosas, mas imprescindíveis, se quisermos vencer a crise atual. E serão, tenham certeza, levadas a cabo pelo Governo, com a contribuição de todos os brasileiros, para derrotarmos a inflação e os demais males que solam as possibilidades de uma Nação mais justa e rica.

Permitam-me, Srs. Senadores, nesta oportunidade, a incursão em terreno que outros aqui presentes, abrilhantando esta Casa, são melhores equipados que eu para comentar. Trata-se da questão inflacionária.

Independentemente da decisão governamental em combatê-la, da utilização dos instrumentos mais apropriados e adequados de política econômica, ela ainda assim pode persistir pela influência perversa de fatores, de expectativas, de componentes psicológicos. Se todos julgarem que amanhã os preços ultrapassarão os de hoje, não há como vencê-la a curto prazo. Infelizmente, o arsenal do Governo é precário para a formação de expectativas "corretas". É preciso a participação, a contribuição de toda a sociedade para que possamos controlar o ímpeto inflacionário. Principalmente, a participação e a contribuição daqueles cujo impacto sobre a opinião pública seja mais significativo. Neste sentido, é inelutável a responsabilidade dos formadores de opinião pública, e é imprescindível a sua colaboração no combate à inflação.

E o que temos presenciado? Uma contribuição construtiva para vencer a inflação, através da divulgação e análise da evolução dos índices de preços? Ao contrário, temos presenciado a descrição de cenários catastróficos, pessimistas, que em nada contribuem para a solução de nossos problemas. Quando os índices inflacionários começam a ceder, quando começamos a vencer esta grande batalha, o que temos na manchete dos principais jornais do País? Quem melhor responde a esta pergunta é um dos mais respeitados jornalistas econômicos do Brasil, Aloysio Biondi, de cuja coluna, publicada na edição do dia 30 de janeiro do **DCI**, passo a transcrever os seguintes trechos:

"Parece difícil acreditar, mas as estatísticas insuspeitas, porque não são calculadas por órgãos do Governo, estão aí: pela segunda semana consecutiva, a taxa (mensal) de inflação caiu, na Capital paulista — tendência que deve repetir-se em todo o País. (...) No entanto, surpreendentemente — ou não? — a informação, divulgada na quinta-feira pela Fipe, não mereceu uma linha sequer de registro na primeira página dos principais jornais do Rio e São Paulo, na sexta-feira. Os mesmos jornais que, no entanto, não deixavam de registrar na primeira página, ou mesmo em manchete, os reajustes de preços autorizados para quatro tipos de produtos, entre eles os automóveis, dentro de um estapafúrdio — e o termo não é meu, mas sim do cronista — critério jornalístico, dá-se as-

sim, mais uma vez, destaque a reajustes isolados de preços, levando o leitor e a opinião pública a reforçar a convicção — a partir de reajustes isolados, repita-se — de que a inflação está em alta, ao mesmo tempo em que se esconde, cuidadosamente, a informação completa, isto é, o noticiário sobre a evolução da taxa da inflação como um todo. Para agravar esse cenário de desinformação — deliberada? — da sociedade, ressurgiram nos últimos dias as análises — cujos autores, ouvidos pelos analistas, nunca são identificados — afirmando que a inflação de fevereiro ameaça ir aos 18%, com novas altas, para 20% ou mais, a partir de março. Resumindo: divulgam-se análises ou meros palpites na base do "chutômetro", e ignoram-se, o que é inadmissível, os dados da realidade. Quais os prejuízos causados à sociedade por esse tratamento dispensado às informações sobre a inflação? Na medida em que se insiste na possibilidade de explosão inflacionária, e se oculta a realidade, cria-se espaço para tentativas de reajustes de preços, manobras especulativas, ou, no mínimo, retarda-se a queda da inflação."

É desnecessário acrescentar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o desserviço que esta campanha insidiosa presta ao País. Como também é desnecessário ressaltar que o que o Governo busca, o que o Governo reclama, é a divulgação isenta, imparcial, da realidade.

O Sr. Virgílio Távora — Permite-nos V. Ex^a um aparte, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Pois não! Ouço o nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, inicialmente nossos parabéns e por quê? Aquilo que tanto reclamávamos durante anos seguidos, aqui, como uma necessidade urgente, parece que foi obtido; isto é, que o Governo que, teoricamente apoiado pelo PMDB e PFL, que o levaram ao Palácio do Planalto, tem agora um porta-voz. O anterior a V. Ex^a, o digno e eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, por motivos de divergências ideológicas e conceituais, logo no início do desempenho dessa missão, pouco nesta função aqui apareceu, e, depois, do cargo se demitiu. Portanto, vamos ter, então, com quem dialogar. E, a par disso: felicitações pela distinção. Nova era: começamos, então, a fazer primeiro uma solicitação e, depois, uma crítica. A solicitação, eminente Senador: V. Ex^a que hoje, pelo que estou vendo, goza de todo o prestígio junto ao Palácio do Planalto, interfira no sentido em que as medidas governamentais traduzam exatamente, na execução, as palavras. Independente de filiação partidária. Não podemos estar mais aqui a ouvir pela quarta, pela quinta, pela sexta vez, de que na NR é proibido gastar. Primeiro, foi o falecido Tancredo Neves, não podemos mais estar ouvindo como em um atentado absoluto à verdade, nos primeiros meses do Plano Cruzado, como aqui afirmado, que o déficit estava contido, quando o depoimento dos personagens mais variados que tomaram parte nessa tragicomédia, em que ele se transformou, dizem que era essa uma das maiores preocupações, porque o déficit

estava aumentando cada vez mais. Isso era inegável, dizíamos aqui, éramos contestados, mas era verdade. Terceiro, a contenção de déficit público — e disso chamava a atenção do antecessor de V. Ex^a, do eminente Senador Fernando Henrique, que com a sua memória privilegiada deve estar bem recordado do que aqui sempre clamava. Há ou não um consenso a respeito de que uma das componentes maiores da crise atual é o excessivo déficit público brasileiro? Há! Há ou não há necessidade urgente de se o combater com fatos e não com palavras? Há! Há alguma — e aí começam as críticas — alguma possibilidade de apresentar, como medida de combate ao déficit público atual, não o futuro, o corte, a extinção de trinta ou trinta e cinco mil cargos públicos vagos?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Quarenta mil cargos.

O Sr. Virgílio Távora — Ainda melhor. Isso mostra apenas nosso desejo de não aumentá-lo, e sim diminuí-lo; porque esses quarenta mil, se estavam vagos, não estavam fazendo peso. Queremos que apresentem medidas, e V. Ex^a não vai dizer que estamos apenas cobrando sem dizer, fazendo o que criticávamos quando o PMDB na Oposição dizia que a nós do Governo é que caberia apresentar as diferentes soluções. Nós vamos apresentar soluções, vamos ter esta coragem. Ideia nº 1, 2 e 3. Temos em combatendo esse déficit, resolver uma situação a curto prazo e resolver uma solução a médio e longo prazo. A médio e longo prazo é o nosso compromisso com o futuro, com aqueles que são os nossos descendentes, toda essa mocidade que está aí; é impedir que nós não tenhamos o nosso parque industrial obsoleto e desorganizado, o que dará a convulsão social para nós em pouco tempo. Veja o exemplo da Argentina, cujo PIB em 1985, pasmem os Srs., era 20% menos do que o PIB de 1970, há 15 anos. Prioridades, caro Senador, desculpe-nos o alongado do aparte, prioridades para serem cumpridas, prioridades em número restrito. Quem considera prioridade todas as diferentes necessidades do País não está estabelecendo prioridade a. Quais são as prioridades do Brasil hoje? Ao lado do social, que não pode ser desprezado, tem que ter a prioridade do setor energético, pois que nós estamos caminhando para uma calamidade nesta área. São precisos por ano cinco e meio bilhões de dólares de investimentos, em dólares equivalentes, é claro. Não estamos investindo nem 2,2 bi. São precisos recursos para a Petrobrás se tornar auto-suficiente. O que sucede? Temos campos à vontade. Por que a Petrobrás faz essas negociações tão discutidas com a Texaco? Por que ela não desenvolve mais o campo do Amazonas? Por que não desenvolve os campos já delimitados de grande profundidade no mar? Por uma simples razão: carência de recursos. É preciso ter coragem. "Vamos cortar"; cortamos direitinho. É preciso ter coragem de diminuir a relação de preços entre o álcool e a gasolina e tirar esse peso daquela companhia que não foi feita para comercializar álcool, ela foi feita para produzir e garantir o fornecimento à hora certa, à Nação brasileira, não só do petróleo como de seus derivados. Não estamos criticando, mas alertando a V. Ex^a. Agora, haja coragem para isso! Precisamos terminar os projetos siderúrgicos. A siderurgia brasileira já foi, em termos de **up-to-date**, a primeira do

Mundo. Hoje a Coréia já nos passou longe. As telecomunicações estão se deteriorando, mantê-las em seu nível de eficiência, e por aí ficávamos. O restante seria mantido o necessário para que a máquina produtiva, a máquina normal do governo não fosse paralisada. Isso é o que se chama de prioridade. Pode se discutir as prioridades que aqui anunciamos, mas, agora, nos aparecerem todos os dias com novas prioridades, é bricar com a inteligência alheia. É V. Ex^a o melhor testemunho, ontem, do depoimento do Ministro Mailson da Nóbrega realmente carregado de boas intenções. Somos Oposição, mas reconhecemos. Agora, tem que passar da teoria para a prática, apenas isso. É isso que, com o apoio que V. Ex^a tem do Governo, é público, é notório, gostaríamos que fosse o intermediário desse apelo, dessa esperança, que nós, apesar de tantas vezes frustrados, ainda depositamos na recuperação da economia brasileira. Transmita-a aos órgãos responsáveis. Será o seu primeiro grande trabalho. Quanto ao discurso de V. Ex^a, vamos nos debruçar sobre ele e fazer um pronunciamento analítico.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Dentro de dois minutos. Agradeço ao nobre Senador Líder Virgílio Távora o aparte generoso. Realmente, disse-me o Senhor Presidente da República que, há mais de 3 ou 4 meses, estava ele preocupado em dar ao Senado Federal um canal de comunicação direta ao Governo, um canal que pudesse transmitir a Sua Excelência e a todos os Membros do Governo os anseios e as preocupações, os sobressaltos de todos nós, Senadores, quanto às medidas do Governo, ou execução de obras que estivessem aqui. Ele tinha necessidade de nomear um representante para que fosse o seu porta-voz, o porta-voz do Governo junto ao Senado Federal, e, indistintamente, de Partido, a todos os Senadores, porque deseja Sua Excelência dar os esclarecimentos, as informações e, também, porque não, a defesa do seu Governo, quando tem sido aqui atacado, criticado acerbamente. Era preciso que tivesse seus Líderes nesta Casa, a fim de que fizessem sua defesa ou buscassem junto ao Governo as informações para trazer aos Srs. Senadores. A nossa missão é só esta, estar aqui, em nome do Governo, à disposição dos Srs. Senadores e dar todos os esclarecimentos que forem necessários a esta Casa. E também responder — isto será feito — a todas as críticas que se fizerem ao Governo, justas ou injustas; quando forem justas, seremos nós os primeiros a reconhecer e solicitar ao nosso Governo que realmente dê a solução mais justa e equânime a esse ou àquele problema.

Como diz V. Ex^a, há o problema da energia elétrica, o problema da Petrobrás, dos quais sabemos os déficits. O problema dos salários ou do número de funcionários nos gastos públicos. A Eletrobrás, a Petrobrás, as telecomunicações estão com dificuldades, por quê? Estamos com tarifas abaixo da realidade. Este Governo está com uma equipe mais harmônica, procurando estruturar-se. Vêem os Srs. Senadores que, de janeiro para cá, houve uma mudança na orientação do Governo. O Governo deseja fazer uma política real; não é política para agradar; sabemos que vai desagradar a muita gente; eleitoralmente, não

será bom para o Governo, mas ele vai tomar, realmente, as medidas necessárias, mesmo as impopulares, para recolocar este País em ordem, num caminho certo, de progresso e de desenvolvimento. Não tenho dúvidas de que o próprio Governo reconhece os seus erros passados, erros de boa-fé, erros por má-informação de sua equipe de governo. Mas houve erros, reconhece o próprio Governo.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Rachid Saldanha Derzi, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Um momento, Ex^a. Mas ele está desejoso de corrigir esses erros e de dar ao País uma administração tranqüila para que possa transmitir ao seu sucessor um País em outras condições.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Ex^a, nobre Senador?

O Sr. Nelson Carneiro — Também quero, um aparte, Ex^a.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, gostaria, se fosse possível, de alguns minutos...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Vou conceder o aparte nobre Senador Mauro Benevides, o primeiro a solicitá-lo.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, desejo, antes de mais nada, saudar a presença de V. Ex^a na tribuna, na condição de Líder da Maioria, de Líder do Governo, fazendo o seu primeiro pronunciamento. Da mesma forma como, ontem, na reunião da nossa Bancada, quando escolhíamos o Líder, Senador Fernando Henrique Cardoso para continuar, na Sessão Legislativa que se iniciará a 1^o de março, Líder do PMDB nesta Casa, naquela ocasião V. Ex^a recolheu dos seus Colegas de Bancada, também, uma demonstração inequívoca de confiança, nessa nova e difícil tarefa que lhe foi cometida e que V. Ex^a, agora, com absoluta clareza, define, de forma precisa, para conhecimento de seus Pares e da opinião pública no Brasil. Tenho certeza de que com a sua experiência, com a sua habilidade, com a sua competência, com o seu descortino e com o seu espírito público. V. Ex^a será muito mais do que um simples defensor de atos governamentais; V. Ex^a será um conduto das aspirações de sociedade, veiculadas na tribuna do Senado Federal, para conhecimento do Chefe da Nação. Temos convicção plena de que V. Ex^a se desincumbirá dessa tarefa com êxito, com segurança, com firmeza, guardando fidelidade ao seu passado, como Representante do povo brasileiro, no Senado da República.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides.

Havia dito que, há 3 ou 4 meses, o Presidente da República desejava ter o seu representante — e não pensava em ser o escolhido — talvez o mais humilde, o mais modesto desta Casa. Mas, como seu amigo, com longos anos de vida pública que tenho, não poderia furtar-me de dar minha contribuição, o meu espírito público, a minha coragem, a minha capacidade de trabalho, em favor do Brasil; porque, no momento em que atravessamos uma fase muito difícil no País — talvez a mais difícil em todos estes anos — nenhum

homem público, nenhum político, nenhum industrial, nenhum homem de empresa, nenhum brasileiro, tem o direito de negar contribuição ao Presidente José Sarney, para que realmente Sua Excelência possa conduzir o País àquela estrada que todos desejam.

Muito grato a V. Ex^a

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nobre Senador, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Primeiramente concederei o aparte ao nobre Senador Divaldo Suruagy, que já o havia solicitado anteriormente.

O Sr. Divaldo Suruagy — Desejo congratular-me com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, não só pela feliz idéia de escolher um Líder, alguém que seja o intérprete do pensamento do Governo neste Colegiado, como também pelo acerto da escolha, na figura do Senador Rachid Saldanha Derzi que, sem favor nenhum, dignifica esta Casa pelo seu espírito público, pela sua competência política, pela sua experiência decantada e reconhecida por todos nós. Muitos dos que aqui se encontram já tiveram a oportunidade de exercer chefias de Executivos estaduais, vários dos que aqui estão já foram governadores de Estado e bem sabemos das dificuldades em dirigir a atividade pública. Quantas vezes um Chefe de Executivo é responsabilizado por erros cometidos por seus auxiliares, os quais simplesmente desconheciam. Sinto-me muito à vontade de dar este depoimento, por ter exercido a função de Governador de Alagoas, um dos menores Estados da Federação, um Estado onde eu tinha conhecimento de tudo o que se passava — imaginava eu — e de quantas coisas erradas que aconteceram na minha administração e só vim a saber depois que deixei o Governo. Imaginem governar um País, que é um Continente, como o nosso Brasil! Tenho certeza de que V. Ex^a encontrará em todos nós a solidariedade, as críticas construtivas, na busca de melhores soluções para os problemas do Brasil e para ajudarmos Sua Excelência o Senhor Presidente da República na condução desses graves problemas que está a viver e enfrentar. V. Ex^a é o melhor intérprete de todos nós, pois sintetiza, na sua personalidade, todos os atributos que norteiam os políticos que fazem o Senado da República.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Agradeço ao meu fraternal amigo Senador Divaldo Suruagy as generosas palavras, que, por duas vezes, governou o seu Estado, com a mais alta honradez e dignidade. Tem, hoje, S. Ex^a o respeito de todos os seus conterrâneos e o respeito e admiração nossa, de quem, há longos anos, desde a Câmara dos Deputados, fomos colegas e de quem conhecemos a conduta reta e o desejo de realmente servir ao nosso País. V. Ex^a é um dos grandes homens desta República.

Devo dizer, contudo, que iremos constituir as Vice-Lideranças do Governo, aqui, quando, então, daremos o máximo da nossa capacidade e do nosso trabalho em favor do cumprimento da nossa missão de representantes do Governo nesta Casa. Muito grato a V. Ex^a, Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Com a palavra o meu querido amigo Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Meu caro amigo Rachid Saldanha Derzi, inicialmente, subscrevo todas as considerações feitas a respeito da sua atuação política e da sua investidura na Liderança que o Governo acaba de constituir. Pediria a V. Ex^a, que se prontifica a ser um canal entre o Senado e o Palácio, que prestasse de logo um serviço aos Senadores e Deputados: esclarecer de onde partiu, e com que propósito, a distribuição à imprensa da lista ontem publicada, onde figuram, como se fossem beneficiários do Governo, numerosos Deputados e Senadores, que apenas encaminham, no exercício do seu mandato, solicitações dos Prefeitos dos seus Estados, para que obtivessem recursos. Por exemplo: Representante do Estado do Rio de Janeiro, encaminhei três pedidos ao Presidente da República, que eram ofícios assinados pelos Prefeitos respectivos. Para quê? A um se deram 1 milhão de cruzados, a outro um milhão e meio, e a outro 3 milhões. Para quê? Para hospitais daquela cidade. Não peguei no dinheiro, não vi, a ordem foi direta do Palácio para o Prefeito. No entanto, pela publicação, parece que nós estávamos ou negociando o nosso apoio ou então nos valendo da nossa posição para auferir alguma vantagem. Evidentemente que a publicação dessa relação tem um objetivo: é encobrir alguma coisa, é desviar a atenção para Deputados e Senadores, sejam os que apoiem os quatro anos, sejam os partidários dos cinco anos, para encobrir alguma coisa. Porque não é possível que o Governo tivesse interesse em divulgar uma lista tão grande, como se todos nós, que cumprimos o dever de apenas encaminhar ao Governo os apelos que recebemos, fossemos beneficiários dessa distribuição de dinheiro público. O Governo tem uma verba especialmente para esses pedidos. Não quero descer a outros detalhes, o que farei oportunamente, mas acho que no momento seria de utilidade que V. Ex^a obtivesse do Governo a informação de quem divulgou isso, se foi o Ministério da Previdência e Assistência Social, se foi o ex-Ministro da Previdência, se foi o Gabinete Civil da Presidência da República, porque nos constrange, a todos aqueles que cumpriram apenas com o seu dever. E lamento muito que não tenha consigo, ao invés de três pequenos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, dez ou quinze benefícios para o Estado que represento. Em vez disso, somos apontados como se estivéssemos sendo os beneficiários da generosidade governamental. Isso atinge não a mim, porque os longos anos de minha vida me eximem dessa pecha, mas atinge os novos, os que aqui chegam e são logo surpreendidos com essa publicação como se fossem beneficiários do Governo. É um serviço que V. Ex^a prestará à classe política, a Deputados e Senadores que apenas cumpriram o dever, como V. Ex^a, acredito, tenha cumprido também o seu. Se alguma associação, se alguma prefeitura lhe encaminhou algum pedido para que V. Ex^a o encaminhasse ao Senhor Presidente da República, V. Ex^a o fez e o Senhor Presidente da República deferiu porque achou que era razoável, e deferiu ao seu talento. A um deu um milhão de cruzados, a outro deu cinco milhões, a outro deu dois milhões, a outro deu três milhões. Isto cria uma divulgação que atinge a toda classe política. Sei

que V. Ex^a não é responsável por isso, mas gostaria que V. Ex^a procurasse saber, para informar ao Senado, quem é que tem essa preocupação de denegrir Deputados e Senadores.

O Sr. Virgílio Távora — Esta não é uma das funções, justamente, do Parlamentar? Estamos dizendo porque, desde que chegamos a este Parlamento, nos idos de 1950, à alta consideração de V. Ex^a — temos até a frase cunhada — à alta consideração de V. Ex^a, vai em anexo o pedido do Prefeito; dá ou não dá, se quiser ou não quiser; fizemos as nossas obrigações. Agora, quanto a essas intermediações, isto é um problema do Presidente.

O Sr. Wilson Martins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Nobre Senador Nelson Carneiro, não fique V. Ex^a preocupado. Longe de denegrir a honra dos Parlamentares, acho que elevou o prestígio dos Parlamentares.

O Sr. Nelson Carneiro — Não foi feito com essa intenção.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Não acredito que tenha sido o Governo, e V. Ex^a vê que ali não houve discriminação: são todos os Parlamentares, tanto da Oposição como do Governo, os que são por quatro ou por cinco anos. Mas o meu nome deve figurar nessa lista; não vi ainda mas deve figurar, porque sempre fui um Deputado e um Senador trabalhador, procurando carrear verbas para os meus municípios, para a solução dos problemas dos Estados. E esta é a nossa missão. É um elogio aos que estiverem nessa lista, porque são homens que estão, realmente, cumprindo com o seu dever para com seu Estado, com os municípios e com o eleitorado brasileiro. Isto é honroso, o meu nome já seria honroso, porque mostra que não estou aqui gozando as delícias de Brasília ou só para receber o **jeton**. Estou trabalhando e desempenhando a função, a nossa missão que é esta: representar os municípios, representar o nosso Estado.

Fique tranqüilo que irei pesquisar para ver de onde saiu a lista. E para o Governo também foi muito bom, porque mostra que não discrimina ninguém.

Muito grato, Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Eu pediria licença ao meu Líder e amigo Senador Nelson Wedekin para dar prioridade ao meu coestadano e amigo, meu querido Senador Wilson Martins.

O Sr. Wilson Martins — Senador Rachid Saldanha Derzi, como amigo de V. Ex^a, velho companheiro de lutas, recebi a sua indicação para o alto cargo de Líder do Governo e, já hoje, Líder da Maioria neste Senado...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Esclarecerei esta questão da Maioria imediatamente.

O Sr. Wilson Martins — Acabo de ler, como Secretário da Mesa, um documento com esse teor. Com a maior satisfação, não apenas pelo

nosso relacionamento, o mais cordial, como pelo que significa a investidura de V. Ex^a para o nosso Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul. Quero, neste instante, dizer a V. Ex^a que somos do mesmo Partido, embora representemos vertentes algo distintas. V. Ex^a representando sempre a área ortodoxa, tradicional do PMDB, e eu representando sempre a área trabalhista, a área renovadora do Partido. Nessas condições, ainda contei com o apoio de V. Ex^a para o Governo do nosso Estado. V. Ex^a, tanto quanto aqueles companheiros que estão hoje no PMDB e que vêm de outras origens, V. Ex^a me levou um apoio decisivo, e me fez Governador de Estado, durante todo o período, recebi de V. Ex^a, como de todos esses companheiros, um apoio extremamente valioso para o desempenho das minhas funções. Concorremos, ainda, às eleições para o Senado juntos e aqui nos encontramos com o objetivo de fortalecer o nosso Partido no Estado, no Congresso, assim como no País. Mas o que quero deixar claro nesta intervenção, nobre companheiro, é que estou seguro de que V. Ex^a vai prestar relevantes serviços ao Governo da República na função de Líder do Governo. Os predicados de V. Ex^a, os ornamentos da sua personalidade, da sua cultura, do seu talento, sua dedicação ao trabalho público já merecem todos elogios por parte de nossos colegas. Estou certo de que Mato Grosso do Sul, retoma, agora, com o posto para o qual V. Ex^a foi elevado, uma nova fase de melhor representatividade como já temos tido no passado. V. Ex^a vai poder mostrar ao Senado, vai poder mostrar ao Parlamento e ao País que um de seus filhos aqui está agora para prestar um excelente trabalho ao Partido, conforme ficou muito claro ontem na reunião da Bancada, num trabalho frutífero e harmônico das duas lideranças; liderança do Governo e liderança do Partido majoritário nesta Casa, tão bem representado pelo nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, que foi reconduzido por nós, ontem, em sessão memorável. Nessas condições, estamos assim prestando um valioso e importante trabalho ao Senado e ao País. Cumprimentando V. Ex^a, nobre companheiro, só posso augurar um período fértil e realmente brilhante para V. Ex^a, aqui. E, dizendo isso, evidentemente estou abrindo, também, um instante de confiança do próprio Governo que V. Ex^a representa. Nós, que somos do PMDB, não nos sentimos, nesta hora, sobretudo nesta área em que labuto, muito engajados no governo, uma vez que o Governo da República, a nosso ver, tem-se distanciado de nossos programas, de nossos ideais. De certa maneira, realmente, entendemos que ele vem hostilizando o Partido como um todo, e ao invés de manter essa unidade que neste momento enalteço, vem procurando a meu ver ferir esta unidade, criando uma área de apoio pessoal ao próprio Presidente da República. Espero que, com a habilidade de V. Ex^a, possamos vencer essas dificuldades que não são apenas minhas, mas são de todos os nossos companheiros nesta Casa e na Assembléia Nacional Constituinte. Que V. Ex^a, com o brilho de sua inteligência, ao mesmo tempo que ser o representante, possa influir junto ao Governo para que esta situação se modifique e possamos ter, dentro de nosso Partido, aquela velha cordialidade, aquele companheirismo e aquele entendimento que temos lá no Estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Wilson Martins.

Somos companheiros desde 1945, quando da formação da nossa gloriosa União Democrática Nacional. Sempre fui um liderado de V. Ex^a, embora num período em que V. Ex^a foi atingido injustamente por atos revolucionários, mas sempre mantivemos a mesma amizade e eu mantive a grande admiração e o respeito que tenho por V. Ex^a, tanto é que, depois desses fatos, fomos buscá-lo no recesso do seu lar. Embora presidindo o PMDB, mas sem desejar voltar à vida pública, fomos tirá-lo à força de seu recesso, do seu lar e o colocamos, para honra do Mato Grosso do Sul, no Governo do Estado. Sempre fui fiel amigo e servidor de V. Ex^a e tenho o maior respeito por V. Ex^a pela grande administração que fez. V. Ex^a é um homem digno, um homem honesto, um homem que sempre honrou o nosso Estado, o Mato Grosso do Sul. Espero que agora, nesta hora, possamos contar com a contribuição do meu prezado amigo e de todos os Companheiros. Eu que sou do PMDB, enquanto o meu Partido estiver apoiando o Governo, estarei aqui nesta tribuna, estarei aqui trabalhando em favor do Governo, em defesa e em favor da nossa Pátria, não tenham dúvida.

Mas espero a colaboração e preciso da colaboração de todos os Srs. Senadores de todos os Partidos, porque temos que construir um outro Brasil. Teremos que apagar, passar uma esponja nesse passado aí que está até nos preocupando pelas dificuldades que estamos atravessando. Mas não acredito que o nobre Presidente da República pudesse estar querendo organizar um bloco de apoio isolado a S. Ex^a Não. Pode haver má interpretação — o desejo de alguns. Mas o Presidente da República, no entendimento, nas palestras que tenho tido com Sua Excelência, deseja o apoio decisivo e necessita do apoio do nosso Partido, o PMDB, assim como do PFL e de todos os outros Partidos. Mas Sua Excelência não abre mão desse grande brasileiro que preside nosso Partido, o nobre Deputado Ulysses Guimarães, a quem admira e respeita. Realmente S. Ex^a é um homem de que o Presidente da República fala com satisfação, pela grande admiração e respeito que tem pelo nosso Presidente do Partido, e ouve a orientação e os conselhos do nobre Deputado Ulysses Guimarães. Acredito que vamos encontrar um denominador comum. Não podemos ter unanimidade, não podemos continuar com o nosso Partido grande como está. Creio que alguém, não estando contente, irá-se desviar de nosso caminho, mas tenho certeza de que o PMDB ainda será o grande Partido e prestará grandes serviços ao País, porque somos realmente um Partido com várias tendências, mas temos tido a inteligência e a capacidade de administrar nossas divergências, nossas tendências. Iremos fazer isso em favor do Brasil. Nas próximas eleições nosso Partido será o vitorioso — tenho certeza — mas o Presidente da República, como nosso companheiro, dará também a sua contribuição.

Muito grato a V. Ex^a

Ouvirei o nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Meu caro companheiro, amigo e Senador, Rachid Saldanha Derzi, ontem, na nossa reunião de Bancada, pelo menos, dois Senadores manifestaram a preocupação

de eventuais atritos, divergências e até diferenças que poderiam existir na medida em que há um Líder do Partido, o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, e um Líder do Governo, no caso, V. Ex^a Quero dizer-lhe que esta é uma preocupação que não tenho, ao contrário, exatamente pelo fato de que, em primeiro lugar, são essas duas pessoas, o Líder do Governo e o Líder do PMDB — um, V. Ex^a e, o outro, o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso — ambas pessoas civilizadas, companheiros dos mais agradáveis e afáveis e que têm uma compreensão adequada das necessidades que nós, do PMDB, temos, apesar de todas as nossas divergências, de continuar trilhando caminhos comuns. Entendo que isso não é apenas bom e positivo para o PMDB e para o Governo; creio que é bom também para a sociedade brasileira. A sociedade brasileira tem todo o direito de saber que há diferença entre o Partido do PMDB e o Governo do Presidente José Sarney. Esta é uma questão com a qual temos que, decididamente, nos acostumar, porque, caso contrário, não vamos construir a democracia no nosso País: que Governo é uma coisa, e Partido é outra coisa. São instâncias não evidentemente inconciliáveis, nem incompatíveis, mas, com toda certeza, dessemelhantes entre si: o Governo com suas finalidades óbvias, cuja essência é busca da melhor qualidade de vida da população; e o partido político, como um instrumento de ação política, com todas as suas demais feições e características. Creio que o Presidente José Sarney andou bem em nomeá-lo Líder do Governo, exatamente por isso, para que fique claro que existe uma diferença. O Presidente José Sarney, ao longo, sobretudo dos últimos meses, tem-se queixado muito do PMDB, ao dizer que o PMDB não lhe presta o apoio de que Sua Excelência se julga merecedor. E nós, do PMDB, pelo menos uma boa parte do PMDB, sobretudo as bases do nosso Partido, no interior e mesmo nas Capitais, dizemos o contrário, que o Presidente José Sarney, ao ser o Presidente honorário do PMDB, desfigura o nosso Partido. Há, portanto, uma reclamação recíproca que, de certo modo, se resolve quando o Presidente José Sarney nomeia V. Ex^a Líder do Governo e nós elegemos, como fizemos ontem, por unanimidade, o Senador Fernando Henrique Cardoso como Líder do nosso Partido. Tudo fica um pouco mais claro. V. Ex^a falou em tendências do PMDB, que existem, efetivamente; não vamos aqui querer tapar o sol com a peneira. A busca da unidade não implica não reconhecer que temos várias facções dentro do Partido. E digo, com toda clareza e isso evidentemente V. Ex^a compreenderá, V. Ex^a tem o perfil do Governo do Presidente José Sarney, V. Ex^a é, digamos assim, mais moderado ou conservador, e nisso não há nenhum mal. V. Ex^a sabe o apreço, a estima e o respeito que tenho por V. Ex^a

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — É recíproco, nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — E, ao mesmo tempo, o Senador Henrique Cardoso me parece que tem mais o perfil daquilo que é o programa do PMDB. Apesar de todas as nossas divergências, sempre digo: alguma coisa tem que resolver esta questão, e tem que ser aquilo que está na nossa cartilha, no nosso programa. Já não vou aqui nem

falar dos nossos compromissos, da nossa pregação histórica. De modo que acho isto bastante saudável e tenho a consciência de que isto foi bom para esta Casa, foi bom para o Governo, foi bom para a sociedade brasileira, foi bom para o nosso Partido, o PMDB. E espero ardentemente que V. Ex^a seja melhor sucedido na sua tarefa de Líder do Governo do que foi o Senador Fernando Henrique Cardoso, como Líder. Muitas vezes ficamos, em vários momentos — eu mesmo, pelo menos na questão do **software** — completamente abandonados à nossa própria sorte, porque não sabíamos exatamente o que o Governo queria. Por exemplo, na questão do **software**, havia uma posição do Ministério da Ciência e Tecnologia, outra do Ministério das Comunicações, outra da Casa Civil, e nós tivemos que fazer mais ou menos como achávamos que deveríamos fazer. Em vários momentos precisamos, não apenas com relação ao que o Senador Fernando Henrique Cardoso nos relatou, das informações do Governo e elas jamais chegaram até nós. Havia um distanciamento do Governo, não com o seu Partido principal de apoio nesta Casa, mas, de um modo geral, com o Congresso.

O Sr. Virgílio Távora — Às vezes, chegavam mais rapidamente à Oposição.

O Sr. Nelson Wedekin — Muitas vezes. O que desejamos, ardentemente, até pela estima que temos por V. Ex^a, é que seja bem-sucedido nessa função essencial que todo Governo democrático deve ter, ou seja, a de possuir uma ponte, um mecanismo ágil de contato com os seus parlamentares e com o próprio Congresso Nacional. No mais, o que queria dizer a V. Ex^a, e que não pude dizer ontem, porque foram muitos os oradores, é do meu desejo pessoal de que V. Ex^a tenha êxito, porque o êxito de V. Ex^a na condução dessa tarefa difícil, hercúlea — não está muito fácil, nem muito cômodo, defender este Governo — será o do Governo. Nenhum de nós, por mais divergências que tenha com o Governo do Sr. José Sarney — e eu, pessoalmente, tenho muitas — deseja o seu fracasso. Todos desejamos que Sua Excelência se saia bem, que tenha êxito nas suas missões, que consiga superar esta crise dramática que a sociedade brasileira está vivendo. V. Ex^a no seu pronunciamento, falou de uma das partes mais dramáticas dessa crise, que é a questão de que essa crise, em muito, está instalada mais na cabeça das pessoas, do que na realidade. Estou de acordo com isso. Infelizmente, o Governo que V. Ex^a tem a tarefa de defender, é tarefa difícil hercúlea, não sei se quase uma missão impossível a essa altura dos acontecimentos; só o talento de V. Ex^a será capaz de superar esse desafio.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito obrigado.

O Sr. Nelson Wedekin — Na verdade, a falta de credibilidade do Governo, sobretudo do Governo, essa falta de credibilidade também perpassa o Senado, perpassa o meio político, até mesmo a Imprensa, até mesmo a Igreja. Estamos vivendo um momento de graves e profundos questionamentos de todas as instituições da sociedade brasileira, mas a mais questionada, neste momento, é o Governo. Por isso que a missão de V. Ex^a é difícil, por isso e exatamente por aquilo que já disse antes. Creio que é o sentimento geral

desta Casa, pois pelo apreço, pela estima que cada um de nós temos por V. Ex.^a é que lhe desejamos todo o êxito e todo o sucesso nesta grave e difícil missão.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador Nelson Wedekin. Mas a preocupação de V. Ex.^a não tem razão de ser, faremos com que não tenha razão de ser. O nosso Líder Fernando Henrique Cardoso teve o apoio unânime da Bancada e o primeiro signatário e o maior cabo eleitoral de S. Ex.^a fui eu. Ainda dizendo a S. Ex.^a V. Ex.^a, com a nossa Bancada, teve a maior correção possível, foi realmente um homem digno, embora as divergências de V. Ex.^a com o Governo, como Senador, como pessoal, V. Ex.^a deu expansão a essa oposição, à divergência em alguns pontos com o Governo, mas com a Bancada a conduta foi da mais alta dignidade e merecedora de nosso respeito, de nossa admiração e do apoio unânime. E aqui disse a S. Ex.^a e é meu fraternal amigo, e continuo seu liderado dentro da Bancada, dentro do Partido, disse a S. Ex.^a que nós iríamos nos entender muito bem. Preciso do apoio, e entendo com S. Ex.^a, como Líder do Partido, para nós realmente conduzirmos todo o processo legislativo desta Casa. Só se nós estivermos de acordo. Se não estivermos, não teremos sucesso. Nem nós, representantes do Governo, nem S. Ex.^a, pelo Partido. Mas tenho certeza que vamos nos entender muito bem e precisamos da colaboração também dos Srs. Senadores. E, pelos apartes, estamos sentindo que o desejo dos nobres Srs. Senadores é dar esse voto de confiança ao Governo, nessa nova fase em que realmente deseja, sem as benesses, sem os favores, sem os favores eleitorais, mesmo com a impopularidade eleitoral, deseja acertar, deseja tirar esse Brasil das dificuldades imensas. E nós, ou por minha palavra ou por nossos Vice-Líderes, teremos a ocasião de relatar ao Senado Federal a situação em que se encontra o País, esperando talvez até a nossa paciência, a nossa transigência, até em pontos de vista pessoais e alguns até partidários, para tirarmos, para darmos uma oportunidade para que o Brasil realmente saia de suas dificuldades. Fique tranqüilo que com o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso teremos a melhor das convívências — só se S. Ex.^a desejar brigar comigo, o que eu não acredito. S. Ex.^a é um homem tão fino, tão educado —, que vamos-nos conduzir da melhor maneira possível e vamos prestar um serviço ao nosso Partido, ao Senado e ao Brasil.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Ouço com muito prazer o meu nobre Líder.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Meu caro amigo, Senador Rachid Saldanha Derzi, também quero fazer coro às palavras já ditas aqui por quase todos os Senadores presentes a respeito de V. Ex.^a sabe V. Ex.^a o quanto o estimo e o admiro.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — É recíproco.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Vem de muito tempo e V. Ex.^a há de se recordar que, quando cheguei ao Senado, faz alguns anos, as desconfianças eram muito grandes, de todos com

todos, e a mim chamou logo a atenção que a imagem que tinha de V. Ex.^a não correspondia ao seu comportamento, e digo isso no bom sentido. A imagem de um conservador não era o que via na prática do comportamento de V. Ex.^a e, com a habilidade que lhe é peculiar, pouco a pouco, esse primeiro choque, para mim agradável, de vê-lo trabalhando construtivamente em assuntos delicados quando muitos enrijeciam posições e se localizavam doutrinariamente à direita; via que V. Ex.^a tinha sempre uma certa latitude e um espaço para que o real, talvez, pesasse mais do que o ideológico. Tanto é assim que, sabe V. Ex.^a, na hora de designar os Constituintes que fariam parte da Comissão da Ordem Econômica da Assembléia Nacional Constituinte, momento difícil, onde alguns temas dos mais delicados teriam de ser abordados na Constituinte, notadamente a reforma agrária, indiquei V. Ex.^a, que sabidamente é um proprietário de terras e dos maiores e melhores criadores do Brasil, capaz de produzir com grande eficiência. E o fiz, tendo conversado com o Senador Mário Covas, na convicção de que estaria, não criando um empecilho ao programa do meu Partido, que é favorável à reforma agrária, mas criando condições políticas para que isso pudesse ocorrer. E quero dizer ao Senado Federal, e possivelmente muitos sabem, que, graças à conduta impecável do Senador Rachid Saldanha Derzi na instalação da Comissão da Ordem Econômica, que foi possível assegurar, num momento de muita tensão, que o Relator daquela abidamente localizado noutra porção do espectro ideológico, embora imanado com V. Ex.^a — não sei quem ganha na quantidade de terras que possui e na capacidade de criar gado, no caso dele, gado leiteiro...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Ele tem mais!

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Não quero fazer comparação, mas apenas para que se veja que, apesar de ter essa identidade, aparentemente, teriam posições políticas divergentes. E foi V. Ex.^a quem, com sua competência e bravura, conseguiu fazer com que a vontade da Liderança do Partido prevalecesse num momento difícil, e Severo Gomes foi indicado Relator da Comissão da Ordem Econômica. De modo que digo isso, aqui, à puridade, porque convém que o Senado saiba como, e não é minha apreciação formal, em momentos delicados estivemos articulados para que as coisas marchassem de acordo com o progresso do Brasil. É verdade, também, que foi V. Ex.^a quem — muito antes de ser designado Líder do Governo — conversou com vários companheiros a respeito da minha reeleição para a Liderança da Bancada. Portanto, temos, realmente, muitas bases sólidas para um convívio pacífico. E tanto isso é verdade que, quando V. Ex.^a foi designado Líder do Governo, V. Ex.^a me procurou. E V. Ex.^a sabe que essa figura não existe no Regimento Interno. E eu me recordei que quando fui designado Líder do Governo, no Congresso, pelo Presidente Tancredo Neves, criou-se um problema gravíssimo, porque ali era mais difícil ainda, porque não existia mesmo nada, nenhum artifício institucional capaz de dar assento, no Regimento, à função da Liderança do Congresso, que ficou fluando. E V. Ex.^a então sabe que nós, imediatamente, nos colocamos em campo para ver de

que maneira a Câmara havia resolvido esta dificuldade, porque a figura regimental de Líder do Governo não existe. Só havia uma maneira: é que V. Ex.^a fosse por mim indicado, juntamente com os demais Senadores, para Líder da maioria, sabendo-se que a função é de Líder do Governo. Quer dizer, não é para exercer a função de Liderança da Maioria, que não existe, a Liderança que existe é a do porta-voz do Governo, e V. Ex.^a aceitou imediatamente, que era nesses termos que fazia o entendimento, ou seja, que as funções regimentais de Liderança as exerce o Líder do Partido. Por isso, esclareci ao Senador Wilson Martins qual é o significado desta designação, que é o significado de permitir que o Governo tenha um porta-voz, aqui, que esse porta-voz possa falar como Líder, e tenha as prerrogativas de liderança, para que ele não fique, pura e simplesmente, fluando, sem ter como defender o Governo. É esse o sentido, que é construtivo, e que implicou um entendimento entre nós. E por que fizemos isso? Não só pela facilidade de convívio que há no Senado, como pelo apreço que tenho por V. Ex.^a Mas, aí, me valho do Senador Nelson Wedekin, por que também concordo que é importante que haja alguém que seja Líder do Governo nesta Casa. Mais de uma vez, o Senador Jarbas Passarinho, e quando não era ele era o Senador Virgílio Távora, ambos meus amigos, e com quem temos esse convívio e que é de todos nós aqui, muito ameno, mas, freqüentemente faziam a provocação habitual: — V. Ex.^a fala como Líder do Governo. E eu, várias vezes, esclareci: — Não sou Líder do Governo, sou Líder do PMDB. Porque, de fato, não era. Não havia tido essa delegação de Sua Excelência o Senhor Presidente. Aliás, não a tive nunca. Não foi no momento em que divergi de Sua Excelência, depois falei sobre essas divergências. De modo que era necessária essa função. É necessária, e, como diz o Senador Nelson Wedekin, mostra aquilo que tenho dito, e disse aqui há mais tempo, a respeito do que é o Partido, e o Senador Wedekin diz o mesmo, e o que é o Governo. O Governo se compõe de uma aliança muito mais ampla do que um Partido, e não apenas com outros partidos. Muitas vezes, no Governo, estão setores sociais diretamente representados. É bom que assim seja, é normal que assim seja. O Governo é, portanto, algo que é muito mais abrangente que o Partido. Ele tem compromissos maiores do que os do Partido. O Líder do Governo falará por esses compromissos, e terá de articulá-los mais firmemente. O Partido tem outra dinâmica. Isso, aqui, é inevitável. Ocorre o drama de Becket: "A quem vou servir: a Deus ou ao rei?" O Líder do Governo terá de servir ao rei, é Líder do rei; o Líder do Partido, não, terá que servir ao Partido. No nosso caso, a realidade é que há um distanciamento entre Partido e Governo. Existe esse distanciamento, em vários momentos, em vários pontos, e não é uma ruptura. Seria negar a realidade dizer que houve uma ruptura. Mas há um distanciamento. E tanto há, que a crítica flui fácil, no PMDB, ao Governo, freqüentemente. Então, V. Ex.^a terá a função necessária, imprescindível de primeiro, nos ajudar a entender o que ocorre, e, segundo, quem sabe, até, de procurar uma aproximação do Governo para com o Partido. Acho que essa é a missão de V. Ex.^a, que muito se distancia da missão de quem é líder de um Partido que, neste mo-

mento, está cheio de divergências com relação ao Governo. Creio que nossas funções estão perfeitamente delineadas, perfeitamente claras e podem ser exercidas com independência recíproca e, no momento necessário, como se faz sempre aqui, quando for do interesse do País, estaremos juntos. O Líder do Governo tem que explicar ao Senado o que o Governo pretende e de que o País necessita. No momento em que ele consegue isto, ele consegue apoio. O apoio, numa democracia, nunca é automático. Mormente quando o Governo é de coligação e quando, na verdade, o Partido, também é uma frente bastante diferenciada. É preciso, a cada instante, refazer as propostas. Assim, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, feitos estes esclarecimentos e deixado registrado nos Anais quais são as funções de cada um de nós, inclusive as regimentais, e por que V. Ex^a, como Líder do Governo, foi indicado para ter a possibilidade de ser Líder do Governo, formalmente, nesta questão da Maioria, porque não existe Maioria, para haver Liderança da Maioria é preciso haver Maioria. É preciso haver um entendimento claro, e isto não existe, porque todos funcionamos em termos, hoje, de ficções, nesta matéria. É bom que seja assim, enquanto esta transição prossegue. Creio que V. Ex^a terá, aqui, um desempenho que nos ajudará muito. Hoje, já começou V. Ex^a a saber quais são alguns dos problemas que nos afligem. Eu disse, na reunião da bancada, e o Senador Nelson Wedekin disse de novo: na verdade, não existe uma relação normal, administrativa, entre a Casa Civil e o Congressando V. Ex^a estiver mais desbaracadamente exercendo suas funções, verá que, quando tivermos um problema concreto, as imensas dificuldades que terá, porque não há entendimento dentro do Governo. Na questão relativa ao Projeto do **Software**, havia uma opinião — como disse o Senador Nelson Wedekin — do Ministério das Comunicações, outra do Ministério da Ciência e Tecnologia, outra do Itamarati, e outra do Ministério da Indústria e do Comércio. Tivemos que agir, e isso até foi bom que eles divergissem, pois nós, aqui, nos entendemos. Cobrei do Ministro da Ciência e Tecnologia que perguntasse ao Presidente da República, porque o próprio Presidente da República dissera a um Deputado que não achava boa a lei. Se o Presidente não quer... E parece que não achou mesmo, tanto que vetou. Então, veja V. Ex^a que são dificuldades que nada têm a ver, propriamente, com a questão do PMDB — Governo, nem muito menos com a questão Líder do PMDB — Presidente da República. A divergência que tive e tenho com o Presidente da República é conhecida e clara: primeiro, a expus nos recintos do Senado, em maio do ano passado, e diz respeito à única preocupação obsessiva dos que estão ligados ao Palácio do Planalto: diz respeito à duração do mandato e ao sistema de Governo. Fiz um discurso, no Senado, expus o meu pensamento, e no mesmo dia fui ao Presidente da República e disse-lhe que pensava que seria melhor para ele e para o País, que em vez de insistir nos cinco anos, aceitasse a transição em quatro anos; parecia-me que havia uma tendência para o parlamentarismo, e que eu estava revendo a minha própria posição que não era parlamentarista. Disse isso ao Presidente, com toda sinceridade, e disse mais — é bom que a história registre que só não o havia informado anteriormente, em janeiro, e minha sensibi-

lidade ia nessa direção, porque um amigo comum, a mim e ao Presidente, o então Ministro Raphael de Almeida Magalhães, advertira-me de que se eu dissesse isso ao Presidente, incorreria no dissabor de vê-lo distanciado de mim. Disse ao Presidente — e V. Ex^a sabe que não o trato assim, eu o trato com intimidade que só não havia dito esse pensamento antes, porque fui advertido que não teria sucesso. De fato, tinha razão o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, a partir de uma divergência política e pública que não tem nada a ver nem com o julgamento pessoal que possa fazer de Sua Excelência, nem com questões administrativas e partidárias, mas, que dizem respeito a uma função que é minha, e é minha como é de qualquer um de nós, como Constituintes, de plena liberdade, é a única divergência de fundo. Fora disso, não houve nunca incidente entre mim e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Já ocupei demasiado o tempo de V. Ex^a, mas, peço permissão a V. Ex^a para lembrar que os projetos do Governo — e no Senado todos sabem — nunca deixaram de ser aprovados por esta Casa, nenhum projeto do Governo, nunca faltou ao Governo a sustentação nesta Casa, o mais difícil dos quais foi a designação de uma Embaixada, e os Senadores são testemunhas do meu empenho extremo para obter aquela indicação, quando o Presidente da República não me dera a menor instrução. Sua Excelência estava no México. Nunca houve instruções, e, não obstante, as questões fluíram administrativamente aqui. Não há oposição ao Governo do Presidente José Sarney no plano administrativo, neste Senado. Não há nenhuma oposição mesmo. Às vezes há questões regionais, locais, mas, nunca houve oposição, que começou a existir em função de questões políticas, e, estas, V. Ex^a não vai conseguir dirimir, porque...

O Sr. Virgílio Távora — Perdão! Permita-nos interromper V. Ex^a Invariavelmente, às segundas-feiras, criticamos a parte administrativa. Há oposição...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Não, Ex^a Estou referindo-me ao PMDB. Não há oposição de nossa parte. O PMDB nunca criou obstáculos à Administração do Presidente José Sarney, que fluiu com muita facilidade nesta Casa, apesar de não haver canais reais, como não foi necessário. Desincumbimo-nos, sem sermos Lídereis do Governo, da administração por amor ao País. Agora, com V. Ex^a presente, vai ser mais fácil ainda. A dificuldade maior é que as questões políticas estão, evidentemente, no primeiro plano, e, neste momento, há uma certa exacerbação em função naturalmente das paixões políticas. Há certas contrariedades que têm ocorrido aqui — não vou me referir a elas, pois isto já foi feito aqui — quanto a esse envolvimento de nomes de Senadores e de Deputados na questão do chamado fisiologismo, que, na verdade, é um clientelismo.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — É dever nosso como Parlamentares.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nesta matéria — o que é estranhável — não cabe à Seplán, Sr. Líder do Governo — e V. Ex^a poderá exercer um papel construtivo junto ao Governo — distribuir verbas a fundo perdido. Isto é de

um ridículo patético num país como o Brasil. Imaginem-se, na França, na Itália ou em qualquer país tão desenvolvido quanto o Brasil, o Ministério do Planejamento vai fazer benesses? Isto é um absurdo. O absurdo não é que os Parlamentares peçam, mas que isto seja posto lá. Esses programas devem ser extintos. Isso deve ser orçamentário, absolutamente claro. Não tem cabimento. Isso é muito mais profundo, e essa crítica me parece muito mais grave do que saber se foi A, B ou C. Uma vez instituído o sistema, os Deputados e Senadores são obrigados a adotá-lo pela compulsão da vida política. O erro é permitir isto. Não é um erro do Presidente José Sarney, mas da estrutura da organização do Estado no Brasil, que tem que mudar. Isso nos amesquinha a todos; a quem dá, a quem recebe, a quem intermedia.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — E vai mudar, nobre Senador.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Espero que mude. Para mudar, não adianta fazer qualquer declaração. Digo com toda franqueza; se eu fosse Presidente da República, não declararia mais que, no meu Governo, vai haver moralidade, que não vou nomear e não vou gastar. Basta agir assim. Um só ato do Presidente da República, que foi o do Plano Cruzado, elevou a sua popularidade a níveis que nunca ninguém teve no Brasil. Com um gesto, um gesto só recupera um governo. Sr. Senador Rachid Saldanha Derzi, se V. Ex^a conseguir esse gesto terá o meu aplauso. Espero que V. Ex^a ajude ao Presidente a escapar do banal, evitar esse bate-boca patético também do Presidente com a CNBB, para saber quem rouba e quem não rouba. Meu Deus! não é que não tem cabimento. Ao invés disso, uma ação, dez ações exemplares, que mostrem mesmo que as coisas mudaram, e o Brasil todo se alinhara de novo com o Presidente. Tenho certeza de que V. Ex^a influenciará nessa direção, neste momento, e me terá como seu fiel aliado.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Ex^a Veja V. Ex^a que não haverá dificuldade nenhuma. As preocupações do nobre Senador Nelson Wedekin não têm nenhum sentido de que possa haver uma divergência entre a Liderança do Governo e as Lideranças dos Partidos Políticos. O Líder do Governo terá que estar em contato permanente com os Líderes de todos os Partidos nesta Casa. E essa será a orientação. E assim, juntos, iremos ajudar o Governo.

V. Ex^a sabe que tem a minha admiração, como também sabe que prevejo a V. Ex^a um futuro político muito grande. Sempre disse isto a V. Ex^a Somos fraternais amigos desde o primeiro dia. E as missões, que V. Ex^a me honrou na sua Liderança, sempre procurei desempenhá-las com a maior dignidade, a maior lealdade possível, e assim nós nos conduziremos nesta Casa.

Vejo que S. Ex^a, o Sr. Presidente, está chamando a minha atenção, porque está terminado o meu tempo, e eu que tenho sempre um critério severo na questão de tempo, hoje, como é a estreia, S. Ex^a terá um pouco de paciência. Mas, iremos, daqui para frente, nos ater ao nosso tempo.

Então, concederia um aparte curto ao Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello — Nobre Líder do Governo, Senador Rachid Saldanha Derzi, observo, como um dever, essa manifestação que será, sem dúvida, muito curta, mas é um verdadeiro ritual que temos de manifestar a V. Exª, cada um de nós, especialmente, os componentes do PMDB, de manifestarmos nossa confiança e a certeza de que V. Exª desempenhará esse papel de ponte e desaguadouro, ao mesmo tempo, dos ideais de nosso Partido e da administração do Senhor Presidente da República José Sarney. Como aludiu, com muita propriedade, o Senador Wilson Martins, V. Exª vieram originariamente da União Democrática Nacional, e, dessa mesma forma sou originário do Partido Trabalhista Brasileiro, desde os tempos do queremismo, em que lutávamos pelos nossos ideais, e, tínhamos dentro da agremiação a preocupação, sobretudo, da chamada disciplina partidária. Nós no Partido Trabalhista Brasileiro, tínhamos as nossas divergências, as nossas lutas internas e as nossas desigualdades, mas, sempre no plenário, nos conduzíamos como um bloco homogêneo lutando, inclusive, contra o Partido de V. Exª, cuja primeira Bandeira era chamada de "banda de música", não só pela sua unidade, mas, como pelo troar e atoar das inteligências privilegiadas, que compunham aquela agremiação. Por isto, Sr. Líder, desde que adentrei esta Casa, tive a oportunidade de me sentir bastante incomodado, bastante surpreendido, quando vejo que, depois de tanta luta, o PMDB tendo conseguido, finalmente, a chefia do executivo, colocar na Presidência um cidadão filiado à nossa agremiação, a Oposição, praticamente, tem sido feita aqui pelo próprio PMDB, inflitando, de maneira veemente e sistemática até, contra todos os atos porventura negativos, da administração do Presidente José Sarney. Não estou acostumado a isto. Habitualmente, como partidário e militante, exercendo, aqui, o meu quinto mandato, a ver a atividade partidária se exercer em torno de um Líder, como nós fazíamos àquele tempo, em torno da figura de João Goulart, que era também, Presidente do Senado e Vice-Presidente da República, e, dificilmente, traríamos ao Plenário qualquer desentendimento ou qualquer divergência, sem antes trazê-la ao consenso partidário. De maneira que, Sr. Líder, acredito que seria o nosso dever e de todos os companheiros do PMDB, antes de mais nada, prestigiarmos a administração que ajudamos a erguer, a construir e colocar no Poder aquele companheiro que tão brilhantemente tem se desempenhado. Tem desempenhado, porque realmente os atos do Senhor Presidente José Sarney pautam-se na objetividade de construir e de realizar e, sem dúvida, os seus pontos fracos, os pontos defeituosos do seu Governo não de ocorrer em função das próprias condições do regime capitalista, que dá ensejo a estas desigualdades, a estas deficiências, que muitas vezes são condenadas. Mas, entendo que a nossa agremiação e a nossa Bandeira há de ter, na sua presença, uma prova da boa vontade, da mão estendida do Senhor Presidente, no sentido de que as próprias divergências partidárias que aqui emergem, sejam contornadas, solucionadas, da maneira mais positiva.

O Sr. Carlos Alberto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Exª, meu prezado Amigo Senador

Aureo Mello. Fomos colegas e o conheço há quantos anos juntos, e sempre mantivemos o melhor relacionamento. Fico muito grato a V. Exª

Ouç o meu querido amigo Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador Rachid Saldanha Derzi, é uma honra para mim apartear-lo nesta sua estréia, no Senado da República, como Líder do Governo. Gostaria de, já no início do meu aparte, dizer das dificuldades que V. Exª vai ter aqui, na condição de Líder do Governo, de substituir o talento, a inteligência, a capacidade, a cultura do sociólogo, do Líder Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, V. Exª vai ter dificuldades na substituição desse talentoso Senador, desse brilhante líder que São Paulo nos enviou. Primeiro, porque o Senador Fernando Henrique Cardoso é talentoso no diálogo, na força de expressão, na discussão, nos debates, um progressista, um político mais identificado numa área ideológica e V. Exª, aquele fazendeiro rude, de Mato Grosso, que chega a esta Casa e que, na verdade, merece o respeito nosso, a nossa admiração pelo trabalho que V. Exª pôde desempenhar ao longo dos anos na vida pública. A bem da verdade V. Exª não será o Líder do Governo, nem tampouco Líder da Maioria. Eu gostaria, talvez, de dizer que V. Exª será, não como foi Fernando Henrique Cardoso, o Líder do Poder, V. Exª será o Líder da crise, porque V. Exª terá que administrar, nesta Casa, uma crise profunda, não a crise da inflação, não a crise dos problemas econômicos, não a crise social; não há crise nenhuma, nobre Senador, para superar a maior de todas as crises, que V. Exª vai ter que enfrentar e, acima de tudo, vai ter de possuir talento para desenvolver um trabalho que possa, amanhã, desobstruir o canal da maior crise de todos os tempos que este País está enfrentando, que é a crise política. E, para que V. Exª possa, na verdade, desobstruir essa crise política, vai necessitar de paciência, de humildade e, acima de tudo, de muita pertinácia no contato com todos os Senadores, independentemente de Partidos políticos, independentemente de definições ideológicas. V. Exª vai ter que desempenhar um papel de fundamental importância no contato homem a homem, para que possamos superar essa crise. E como superar essa crise? É evidente que o primeiro passo que se deve dar é para o desarmamento político. V. Exª tem que aglutinar todas as forças, porque o homem não morre quando o coração pára de bater, morre quando perde a esperança de viver. E nós, que aqui representamos o Rio Grande do Norte no Senado da República, não perdemos a esperança de um Brasil melhor para os nossos brasileiros, não perdemos a esperança de que amanhã tenhamos as soluções dos nossos problemas. Portanto, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, quero cumprimentá-lo. Sei que a missão é espinhosa, mas não é impossível e V. Exª é um homem paciente. V. Exª é um homem humilde, V. Exª é um homem talentoso. Tenho certeza de que no diálogo com o seu Partido, porque o Partido maior de sustentação e de compromissos maiores é o PMDB, este sim é o Partido que fez o Governo da Nova República, porque foi ele que foi para o campo de luta, foi ele que foi para as ruas, foi ele que fez a conchamação do povo para as eleições diretas, foi ele que entusiasmou o povo brasileiro na convocação da Assembleia Nacional Constituinte

e foi este Partido, que é o Partido de V. Exª, que chegou ao Palácio do Planalto e fez com que José Sarney fosse Vice-Presidente da República e, hoje, Presidente da República. Não podemos dar uma carta de crédito ao Presidente. É preciso que todos nós tenhamos competência e saber superada e ela não vai ser superada tão facilmente com perspectiva de amanhã termos eleições diretas. O povo já não mais acredita nesse estágio de vida, o povo já não vive pensando nesse sonho do amanhã, porque o amanhã foi transformado; ontem era um governo militar e o povo e as praças públicas diziam que mudanças seriam feitas, efetivadas, e o Brasil seria melhor se um civil chegasse ao Palácio do Planalto. Mas estamos em turbulência, estamos em crise, e para superarmos a crise, só há uma solução: é o desarmamento político. Na hora que promovermos o desarmamento e todos nós nos sentarmos à mesa para o diálogo, para o entendimento, é evidente que esse Brasil poderá mudar e poderá mudar com a participação de todos. Muito obrigado a V. Exª

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Carlos Alberto.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Aluizio Bezerra — Tenho a impressão de que havia solicitado um aparte anteriormente.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Somos irmãos amigos. Eu tenho uma grande admiração pelo talento de V. Exª, pela sua capacidade de trabalho. E V. Exª definiu muito bem o nobre Líder Fernando Henrique Cardoso e a minha posição também. Mas esteja certo de que a nossa capacidade de trabalho, o nosso espírito público, a nossa devoção à nossa Pátria nos conduzirá em uma estrada mais amena, e para isso conto e agradeço com o apoio de V. Exª e do seu Partido, que me dão a solidariedade e a possibilidade de ser Líder da Maioria e falar em nome do Governo nesta Casa. Tenho certeza de que V. Exª muito nos ajudará nesta caminhada que vamos empreender. Eu darei o aparte ao nobre Senador, lembrando apenas que o Presidente já mandou vários recados para mim, para que eu fosse breve.

Com muito prazer ouço o nobre Senador Aluizio Bezerra.

O Sr. Aluizio Bezerra — Senador Rachid Saldanha Derzi, como já colocamos ontem, na reunião da Bancada, sem dúvida alguma, a realidade do momento político em que vivemos, traz para esta Casa do Congresso Nacional, a existência da Liderança do Governo e da Liderança do Partido, muito bem definida pelo nobre Líder Senador Fernando Henrique Cardoso, diante do quadro da realidade de que se compõe o Governo e a função do Partido, o PMDB. E nesse sentido creio que, tendo em vista o quadro político realista que vivemos hoje, sem dúvida alguma, a Liderança do Governo nesta Casa caracteriza-se como uma realidade e uma necessidade por parte do Governo, tendo em vista o distanciamento constante do Governo e do Partido. Gostaria de ressaltar, neste aparte a V. Exª, por quem tenho a maior consideração e apreço pessoal...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — A recíproca é verdadeira.

O Sr. Aluizio Bezerra — ... que eu, na minha permanência aqui no Senado da República, depois de dois mandatos na Câmara dos Deputados, tenho por hábito marcar o meu relacionamento e definir, já no Governo da Nova República, um princípio como ponto de divergência e ponto de convergência nas minhas relações, como político, com a ditadura militar, nos 20 anos que se passaram, ditadura essa que combati desde a minha militância nos movimentos estudantis, pois fui prisioneiro da ditadura, estive nos cárceres da ditadura. Quando essa ditadura praticava atos que tinham significado para a opinião pública, já no meu primeiro mandato, estava lá para apoiar esse gesto que trazia benefício para a população. Anuncio como atitude certa, por exemplo, o ato do governo militar em reconhecer Angola, na parte referente à política externa, no momento de sua libertação. Cito outro, quando o Governo Geisel rompia o Tratado do Rio de Janeiro com os Estados Unidos, à medida em que não significava mais nenhum interesse para o Brasil. E quando, por exemplo, surgiu a CEME — Central de Medicamentos — cujo projeto inicial, de características nacionalistas, visava à produção de medicamentos, e que, finalmente, foi distorcido e se transformou apenas numa distribuidora de medicamentos. Mas pareceu-me um gesto acertado. Isso não expressa apenas o meu ponto de vista. Mas sempre considero que a opinião pública tem uma sabedoria infinita, e isto não se passa somente no Brasil, quando reconhece que um gesto vem ao encontro dos seus interesses, das suas necessidades. Esse fato ocorreu em Portugal, por exemplo, quando o exército português, que durante 40 anos sustentou a ditadura salazarista, saiu da sua função repressora para função libertadora, o povo português saiu às ruas e recebeu os soldados com cravos no cano dos fuzis, no seu gesto libertador. Nobre Líder do Governo, Senador Rachid Saldanha Derzi, quero dizer a V. Exª que o nosso relacionamento com o Governo, o do PMDB, se baseia no princípio de pontos de divergências e de convergências. No momento, divergimos em vários pontos com o Governo. Por exemplo, o que cria uma ação discriminatória com relação aos Governos dos Estados que apóiam os 4 anos, e não para os Governos que apóiam os 5 anos, no que diz respeito à libertação de recursos para as Prefeituras e Governos Estaduais. Solicitamos a V. Exª a solução do problema, evitando esse procedimento discriminatório, a fim de que os projetos possam ser encaminhados, pois a população carente dos Governos Estaduais que apóiam os 4 anos é a mesma dos Estados que apóiam os 5 anos. Quero ressaltar um exemplo, quando o Estado do Acre, logo que chegamos ao Governo — e toda a Bancada do meu Estado sabe disso, inclusive o Senador Nabor Júnior aqui presente — precisava de 800 milhões, naquele momento já se falava nos 5 anos. Não assinei aquele documento; outros companheiros concordavam com os 5 anos e o assinaram, enquanto eu discordava e não o assinei. Pedi uma audiência ao Senhor Presidente da República e levei a minha posição pessoal, dizendo a Sua Excelência que não o assinava, porque não concordava com aquela posição. A minha posição pessoal não tinha nada com a pessoa do Presidente da República, mas as minhas convicções políticas mostravam que deveria ser de 4 anos o mandato

de transição do Presidente da República. E levava mais: um documento crítico do Governo, do qual o PMDB é o seu principal suporte, chamado Movimento de Unidade Nacional, onde apresentava todas as críticas que me pareciam corretas e justas e apontava também saídas para o Governo. E então, dentro de uma posição muito cristalina do meu comportamento político, coerente com as minhas posições e marcando esse relacionamento com o Governo, diante disso que coloco a V. Exª, de ponto de divergência e ponto de convergência, quero dizer que outro não será, também, o posicionamento do PMDB que, mantendo posições próximas do Governo, terá que divergir do Governo naquilo que estiver em conflito com as bandeiras e com o programa de partido. Neste sentido, creio que V. Exª, como Líder do Governo, desempenhará um papel de relevância, pois exige um mérito muito pessoal, muito especial, a sua fidelidade ao Governo que composto de outros partidos que não só o PMDB, vive com um número grande de contradições. Realmente a tarefa é muito difícil e muito árdua que a competência e a sapiência de V. Exª serão a base principal do exercício dessa Liderança. Com estas palavras, quero justamente, neste aparte, já encaminhar este, através de V. Exª, a de procurarmos eliminar o critério discriminatório existente, hoje, no Governo, com relação à libertação de projetos para as prefeituras e governos estaduais que concordam com os 4 anos de mandato para o Presidente da República. Essa é a razão por que se encontram paralisados outros projetos no Senado. Acredito que a modificação desse critério por parte do Governo geraria todo um procedimento de aprovação dos mesmos. Era este o meu aparte a V. Exª

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Exª Senador Aluizio Bezerra, mas essa é uma questão de óptica, de perspectiva, de visão do Governo e dos partidos políticos.

Os Governadores — e aqui há vários — quando no exercício de sua função, precisaram modificar seus pontos de vista, a sua óptica e até mesmo sua ação, porque, no Governo, a responsabilidade executiva é muito grande, é outra! Nos partidos, não, estamos aqui e é natural que procuremos agradar aos nossos eleitores.

O mal de todo este País, da atualidade política que estamos atravessando e das críticas que o Presidente tem sofrido, vindas da Oposição e mesmo de companheiros nossos, é que grande parte de correligionários nossos e de outros Partidos ainda não desceram do palanque, ainda estão em campanha eleitoral.

O Governo tem a responsabilidade, realmente, de ter uma outra visão, outra óptica e de dar uma outra solução para os problemas que vemos de uma maneira e que ele vê de outra.

Com relação à parte discriminatória, V. Exª não tem razão. O Governo não tem discriminado nenhuma prefeitura ou Estado!

Ainda hoje, veio um prefeito comunicar-me que, por solicitação de Parlamentar, de Constituinte que é contra o Governo, a favor dos quatros anos, que é pelo parlamentarismo, as verbas dele, aliás bastantes grandes, foram liberadas. Então, pode haver um ou outro fato: às vezes falta de complementação de processo; às vezes falta de interesse dos Parlamentares de irem lá e tocar

os processos que ficam parados, pois seu volume é tão grande, que ficam lá nas gavetas dos funcionários, mas não por orientação do Governo. O Governo não discrimina quem quer que seja. Também não faz nenhuma concessão, nenhuma benesse para aqueles que desejam apoiá-lo nos quatro ou cinco anos. Ele está absolutamente tranqüilo. A Constituinte é soberana em fixar o seu mandato. Não tenham dúvida nenhuma. Não fará concessão a quem quer que seja para que mude o seu ponto de vista, o seu voto para cinco anos ao invés de quatro. Fiquem tranqüilos, e isso ele manda que eu transmita a um por um dos Parlamentares. Fiquem tranqüilos e, naturalmente, o Governo tem inúmeros encargos, não pode atender a todos.

Estamos aqui para ajudar o Governo e ajudar os Srs. Senadores e todos os Srs. Parlamentares que assim quiserem ou precisarem.

O Sr. Pompeu de Sousa — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Darei um rápido aparte para o meu príncipe e querido amigo, Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — Meu caro, caríssimo amigo, e nobre Senador Saldanha Derzi, eu pedi um breve aparte, realmente, e ia ser brevíssimo, na realidade, porque depois do aparte irretocável de meu Líder, do Líder de nosso Partido, Senador Fernando Henrique Cardoso, acho que não caberia discutir nenhum aspecto político da missão de V. Exª aqui nesta Casa do Congresso Nacional. Entretanto, diante do aparte do jovem Colega, que já ostentou aliás o título de o mais jovem Senador desta País, meu também jovem amigo Carlos Alberto, não sei se mantém até hoje.

O Sr. Carlos Alberto — Estou-me tomando mais experiente que V. Exª o que me falta são os cabelos brancos.

O Sr. Pompeu de Sousa — Acho que perdeu, não é. Bem, o poder jovem se renova sempre, mas de tal maneira que o que vou dizer é insuspeito no que diz respeito às nossas relações, porque devo até fazer uma revelação. S. Exª é o autor do meu **slogan** de campanha. Foi S. Exª que, um dia me encontrando no túnel do tempo, me disse: Pompeu, Pompeu meu voto é seu. Fizemos uma musiquinha, e esta aí o meu **slogan** de campanha. É uma revelação que eu faço, o Senador Carlos Alberto, é o meu jovem autor do **slogan** de campanha. Não tenho nenhuma má vontade ou malquerência com S. Exª muito pelo contrário, tenho até motivo de gratidão. Eu quero dizer, entretanto, que nos seus ardores juvenis, na sua eloquência juvenil, ele destituiu o Líder do meu Partido. Diz ele que V. Exª vem substituir o Senador Fernando Henrique Cardoso. Isso é uma intromissão indebita do PFL no PMDB. Outrora eu os chamava de infieis aliados. Nós não fomos infieis aliados; eles foram nossos infieis aliados. Então nós, hoje, nem aliados somos mais, porque eles romperam a aliança. De forma que eles destituíram o Líder que nós confirmamos não pela maioria absoluta, mas pela unanimidade dos nossos Senadores, e isso eu não posso aceitar. Mas não era isso que eu queria dizer a V. Exª; eu ia dizer a V. Exª que depois do — volto a dizer — irretocável e definitivo aparte que lhe deu o nobre Henrique Cardoso, não iria acrescentar mais nada

de natureza política, e não vou acrescentar. Soube que tinha havido, antes de aqui chegar — lamento-me e lastimo-me de ter chegado um pouco atrasado a nossa sessão de hoje, pois não sabia que V. Exª iria falar, porque senão chegaria antes da abertura da sessão.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Exª

O Sr. Pompeu de Sousa — Um verdadeiro coro de louvores, um festival de louvores a V. Exª e não queria me excluir dele, de vez que amigo e admirador de V. Exª não poderia, de maneira nenhuma, excluir-me deste coro, porque V. Exª é um exemplo de cordialidade e de fraternidade para todos nós, e se alguma coisa nos separa, vamos dizer, ideologicamente, é porque V. Exª sempre se disse membro do PCB.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Sou um admirador do PCB, admiro os valores que existem dentro daquele Partido. Nunca fiz segredo disso, já falei até em praças públicas.

O Sr. Pompeu de Sousa — O PCB é o Partido dos Criadores de Boi, é uma brincadeira meu caro amigo. Sendo do PMDB, só isso nos separa.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Nós fomos das esquerdas democráticas, não esqueça. Somos correligionários.

O Sr. Pompeu de Sousa — Fora isso, tudo nos une e nada nos separa. Quero dizer a V. Exª que, como amigo de V. Exª, como fraternal amigo de V. Exª, quando V. Exª assume essa função delicadíssima e difícilíssima perante este Senado Federal, só me cabe, nessa qualidade de fraternal amigo, pedir a Deus que o abençoe e o ilumine!

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito obrigado a V. Exª e contando com a amizade e o apoio de V. Exª, minha missão será muito mais suave. Isso é o que eu desejo!

Ouvirei meu prezado amigo Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Ouço com muito carinho o discurso de V. Exª e acompanho a todos os apertes que aqui foram dados e lamento que em determinada ocasião, até o objetivo maior de sua fala tenha se desviado, criando até alguns equívocos que pudessem perdurar depois que fôssemos ler o texto que vai resultar de sua fala e das respectivas intervenções. Gostaria de dizer aqui que V. Exª não será ponte entre o Poder Executivo e o Senado Federal; já que os Poderes são harmônicos, prefiro acreditar que V. Exª será harmonia nesta Casa. Acredito que em muitas e muitas ocasiões, todos estarão unidos naquelas teses que trarão ao Senado os interesses nacionais, os interesses do País, tudo marcado pelo melhor patriotismo. Acredito, sobremaneira, que V. Exª se presta ao sacrifício quando assume esta alta função. Não que seja "sacrifício" assumir uma posição de defesa do Governo, porque acusar e defender é da própria arte política, mas porque dentro de uma crise nacional por certo é muito difícil, tanto exercer-se uma como outra missão. O mais fácil mesmo é a omissão, e esta omissão não soma com esta Casa, e muito menos com a personalidade de V. Exª

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito obrigado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Por isso, V. Exª não vai omitir-se, muito pelo contrário, vai participar trazendo aqui o pensamento governamental, prestando os esclarecimentos e ofertando a todos nós aqueles dados que tanto queríamos e não nos foi possível obter em determinados momentos. Fiquei aflito, no entanto, Senador Rachid Saldanha Derzi, ao ouvir o aparte do Senador Carlos Alberto, que já não sendo o mais novo desta Casa, procedeu o entanto desinformado qual se o fosse, tanto assim que destituiu, como acentuou o nobre Senador Pompeu de Sousa, o Líder do PMDB Fernando Henrique Cardoso, que não será substituído por V. Exª, e que nunca fez o papel que V. Exª aqui vai cumprir, porque V. Exª inaugura, nesta Legisatura, esta missão que me parece da maior importância, e por que não dizer absolutamente imprescindível. O momento é histórico, é o momento de superação da crise, e eu acredito que V. Exª trazendo aqui harmonia dos poderes, somando com sua inteligência, com a sua bondade, com seu magnífico relacionamento, V. Exª trará a esta Casa elementos pelos quais possamos superar exatamente esta crise, vencer este momento difícil e chegarmos do outro lado sãos e salvos, com a democracia salva, com as liberdades respeitadas, com a transição devidamente cumprida. Vejo na sua designação uma destinação histórica. O Senado será o cenário de uma bela atuação de V. Exª, quero acreditar.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Sei que a minha missão será mais fácil. Sou um homem de capacidade de trabalho, sou um homem de bravura, não tenham dúvida, sou um homem de coragem, mas com o apoio de um homem da inteligência, da cultura e da capacidade de V. Exª, esteja certo, iremos dar ao Brasil melhores dias e uma posição ao Senado, realmente, de uma Casa política que vai ajudar o Governo a sair de suas dificuldades e caminhar-mos por uma estrada mais suave.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Ouço o aparte do nobre Senador Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eminente Líder, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, quero cumprimentar V. Exª pela investidura, desejando-lhe sucesso neste trabalho importante e meritório que vai desempenhar daqui por diante.

Não estava no plenário quando do início do discurso de V. Exª, mas, lendo o texto que foi distribuído, vejo que, humildemente, V. Exª declara que não tem qualquer estratégia previamente estabelecida para esta missão, e se declara armado e munido tão-somente da sua disposição para o diálogo, a conversão e para o entendimento. Considero, nobre Senador, que esta já é uma atitude mental elevada e um passo importante para a dissipação de dúvidas, para o desfazimento de mal-entendidos que muitas vezes têm prejudicado, de forma acentuada, a imagem do Governo.

No texto que V. Exª distribuiu há mesmo uma referência à matéria divulgada, com distorção, pela imprensa, a respeito dos índices inflacionários. Esse é apenas um dos muitos pontos que V. Exª, mais adiante, com sua argúcia, com a sua periciência, haverá de lobrigar e trazer para um esclarecimento. Mas não pode haver esclarecimento, não pode haver entendimento sem esta disposição para o diálogo que V. Exª declara ser o elemento principal da sua maneira de agir, da sua determinação em cumprir a missão que lhe foi confiada. Sei, nobre Senador, como tantos aqui o disseram, que esta é uma missão de sacrifícios. Antes assim, nobre Senador, porque isto só faz engrandecer a sua disposição, a sua determinação. Fosse esta uma tarefa fácil, uma coroa de rosas, haveria, naturalmente, muitos candidatos disputando esta função. No entanto, em meio a esta turbulência que vive o País neste momento, esse choque de paixões que atravessamos, é claro que a posição de Líder do Governo é uma posição extremamente delicada, difícil, onde se requer firmeza, talento, competência, onde se requer, acima de tudo, espírito público e coragem para arrotar uma série de dificuldades. Isso, no meu entender, só faz engrandecer o papel de V. Exª, e sei que, com a ajuda de Deus e com essa esperança, essa confiança, esse otimismo que V. Exª distribui por onde passa, tenho certeza, essa missão será coberta de êxito. E este é o meu voto sincero, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito obrigado, caro amigo, nobre Senador Marcondes Gadelha. Realmente, conto com a colaboração da inteligência de V. Exª, da bravura, do espírito público e da capacidade de trabalho de V. Exª. Ao lado do diálogo, ao qual estou aberto, com toda humildade e simplicidade, desejo, peço mesmo o conselho, a orientação, o alerta de todos os Srª Senadores e de todos os Partidos, porque só assim, minha missão será menos difícil, será mais amena, e nós vamos, realmente, cumprir com a nossa missão e o nosso desejo de servir a Pátria.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Ouço, com prazer, o fraternal amigo Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, a nossa amizade é fraternal e de muitos anos de convivência no Senado da República.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Com muita honra para mim.

O Sr. Itamar Franco — Quero desejar felicidades a V. Exª. O Presidente escolhe o amigo e escolhe, possivelmente, o homem certo para a missão. Não quero adentrar-me ao pronunciamento de V. Exª. Creio que a sua missão há de ter um fundamento maior, sob o meu ponto de vista e sob a minha ótica. V. Exª há de ajudar e precisa ajudar o Presidente da República no reencontro com as aspirações populares. Nós, que somos seus amigos ou que pensamos ser amigos do Presidente, entendemos que isso é fundamental na hora que se percebe um certo divórcio do Presidente da República e a opinião pública. A presença de V. Exª, acima de quaisquer

injunções partidárias, há de contribuir para que o Presidente da República venha se reencontrar com o desejo desta Nação. Este é o significado do meu aparte a V. Ex^a, o desejo amigo de muitas felicidades nessa missão que recebe de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato, nobre e fraternal amigo, Senador Itamar Franco. Sabe o respeito, a admiração que tenho por V. Ex^a e muitas vezes tenho recorrido a conselhos de V. Ex^a pela vivência, simplicidade, pela capacidade que V. Ex^a tem do entendimento dos problemas nacionais. Muitas vezes divergimos de pontos de vista, mas sempre estivemos juntos, e V. Ex^a sempre teve o meu respeito e admiração e sei que contarei aqui com a bravura e a colaboração de V. Ex^a.

Sr. Presidente, desviemo-nos do sentido de nosso discurso com a homenagem que recebo, para mim honrosa e gratificante, de todos os Colegas que me apartearam e daqueles que não o fizeram, mas de quem já recebi o apoio nesta Casa.

Desejava chamar a atenção e pedir mesmo a colaboração imparcial da Imprensa na divulgação isenta da realidade brasileira. Que ela informe bem e não distorça os fatos. Por que essa grande oposição? Sentimos que grande parte das pesquisas não dá um resultado favorável ao Governo. Temos certeza de que isto se deve ao condicionamento da informação da imprensa escrita, falada e televisada.

Há, na Assembléia Nacional Constituinte, Parlamentares jovens que aí estão pela primeira vez, naturalmente com o desejo de desempenhar, com a maior honestidade possível, o seu mandato de Constituinte. É mais fácil criticar e atacar o Governo do que vir em sua defesa. Mas estamos aqui com esta missão difícil, para o que desejamos dar toda a nossa capacidade de trabalho, toda a bravura e inteligência em favor de um maior entendimento entre esta mais alta Casa política desta Nação e o Governo — Presidente da República e todos os Srs. Ministros.

Sei, Sr. Presidente, que já avancei em muito o meu tempo, eu, que sempre crítico os oradores e a Presidência para exigir o cumprimento do Regimento. Mas quero que hoje seja a primeira e última vez que tenha de transgredir em muito o nosso Regimento.

O Sr. José Ignácio Ferreira — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Ouço V. Ex^a.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Vou ser muito breve. Quero reiterar aquilo que disse de V. Ex^a quando da reunião que fizemos ontem, da Banca do PMDB. Na Verdade, V. Ex^a foi o homem certo escolhido pelo Presidente da República. É notório que V. Ex^a seja extremamente respeitado e admirado nesta Casa por todos seus atributos; pela sua lhanza no trato, pela sua afabilidade, pela sua dignidade pessoal e pela dedicação com que V. Ex^a se empenha nas causas a que se entrega. Acho que é muito importante que o Presidente da República — com quem nem sempre nós podemos nos afinar; há circunstâncias, sobretudo, no tempo de hoje, que acabam produzindo certas fricções e certas dificuldades de sintonia — tenha na Casa um homem como V. Ex^a, de trânsito

livre, completamente livre como todos nós — eu pessoalmente me sinto muito bem quando visito ou sou visitado por V. Ex^a sabe do apreço, da estima pessoal e da enorme admiração que pessoalmente nutro por V. Ex^a. E por isso felicito o Presidente pela escolha tão feliz que Sua Excelência fez.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Ex^a Senador José Ignácio Ferreira. V. Ex^a sabe da estima, desde o primeiro dia, da identidade que tivemos, fraternal, amizade mesmo, que nos dedicamos, constantemente, pela admiração, pelo respeito que tenho por V. Ex^a e sei que naturalmente, fora aqueles pontos de vista que V. Ex^a definiu, contaremos com o apoio decisivo de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu não poderia finalizar esta minha primeira intervenção como Líder da maioria sem mencionar meu respeito e apreço pessoal pelos companheiros que militam na oposição. Ainda ontem, instado por um jovem repórter a explicitar a estratégia de atuação para encaminhar os assuntos de Governo nesta Casa, declarei, e faço disto minha profissão de fé, não ter nenhuma estratégia, mas sim uma filosofia de diálogo constante, de entendimento permanente e, principalmente, de compreensão de que, juntos, mesmo quando divergimos, buscamos sempre o que julgamos ser melhor para o Brasil. E confio que, sob a liderança firme e decisiva do Presidente José Sarney, estaremos em breve trilhando os caminhos da prosperidade econômica e da democracia social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Rachid Saldanha Derzi, o Sr. Dirceu Cardoso deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Jutahy Magalhães, José Ignácio Ferreira e Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, como Líder do PDS.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE, Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em homenagem aos colegas, em face do adiantado da hora, porque justamente iríamos fazer considerações sobre o discurso do eminente recém-escolhido Líder do Governo, nos reservamos para, na primeira oportunidade, fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Senadores:

Acabei de receber um telefonema do Rio de Janeiro dizendo que alguns ônibus, que saíram de lá ontem à noite trazendo pessoas para participar do "Abraço ao Congresso", foram detidos próximo a Três Marias por um prazo de cerca de oito horas. Demorei a atender ao chamado de V. Ex^a porque estava ao telefone sendo avisado de que outros ônibus que estavam se dirigindo a Brasília também foram retidos em Conselheiro Lafaiete.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na hora em que o povo, pacificamente, vem abraçar o Congresso, numa atitude fraterna, num apelo para que os Constituintes atendam as suas solicitações, a Polícia Rodoviária está retendo os ônibus nas estradas de acesso a Brasília para evitar a participação popular.

Vejo à minha frente o nobre Senador Pompeu de Sousa, que lutou e tem lutado para que as emendas populares tenham o mesmo tratamento das emendas dos Srs. Constituintes e continua lutando para que possamos atender as justas reivindicações populares. Neste momento, com a manifestação pacífica de brasileiros vindos de todos os recantos do País, para este ato de fraternidade, vemos como reage o Governo da Nova República. Procuraram justificar que havia necessidade de que cada ônibus tivesse dois motoristas. E foi claramente configurada a presença de dois motoristas em cada ônibus. Mas, até que fosse permitido o prosseguimento da viagem, os ônibus ficaram, retidos em Três Marias por mais de 8 horas. A previsão da chegada dos mesmos em Brasília era às 6 horas da manhã, e até o presente momento ainda não chegaram à Capital da República.

Quero deixar consignado nos Anais desta Casa este bloqueio antidemocrático, partido das autoridades federais, contra o povo, que é, na realidade, o nosso mandatário.

Sr. Presidente, temos visto como tem agido o Centrão; temos visto que medidas altamente populares que conseguimos implantar na Comissão de Sistematização estão sendo revogadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, deixando um rastro de revolta na população. E temos, Sr. Presidente, neste momento, mais uma prova de que existem pessoas que têm medo do povo, na hora que o povo quer se manifestar livremente, tentam impedi-lo.

Era esta a comunicação que desejava fazer inicialmente e dizer que esperamos que, até às 16 horas, aqui cheguem os ônibus que vêm dos vários recantos do nosso País, para podermos abraçar cordialmente o Congresso Nacional, que deve representar as justas aspirações do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, vimos um espetáculo degradante no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Vimos, Sr. Presidente, um Constituinte paulista levar para aquele plenário um objeto de grande valia em determinados momentos, mas que pela ética parlamentar, não poderia nunca estar numa bancada do Congresso Nacional. E quero aqui congratular-me com uma frase do nobre Constituinte Florestan Fernandes que, revoltado com aquela atitude, pediu que o Presidente mandasse retirar do plenário uma "sopeira," de propriedade do Deputado paulista. São esses atos, Sr. Presidente, que denigrem mais e mais a imagem dos políticos do nosso País.

Sr. Presidente, a população brasileira, vários segmentos da sociedade civil organizada têm repudiado a atitude de determinados parlamentares. Quero deixar bem claro que respeito os posicionamentos radicalmente oposto aos meus, em termos políticos, mas não posso aceitar que aqueles que estiveram em praça pública enganando o povo, dizendo que aqui estariam para atender aos reclamos e às reivindicações populares hoje

aqui atendendo grupos econômicos e atendendo aos interesses pessoais.

O Sr. Pompeu de Sousa — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com muita satisfação, nobre Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — eu não pretendia apartear o modelar pronunciamento que V. Ex^a vem proferido, mas o meu temperamento, vamos dizer, um tanto arrebatado, me levou a dar a V. Ex^a apartes informais, que eu gostaria que fossem registrados, não só de apoio à emendas populares, de repúdio a qualquer obstáculo. Aqui, a entidade que congrega as mais variadas instituições da sociedade civil, está, neste momento programando, para as 16h30 min, abraçar o Congresso Nacional, na expectativa de que este não traia nem decepção a expectativa popular deste País. Este movimento merece todo o nosso apoio e, quero dizer a V. Ex^a que duplamente o apoiarei, em nome da ABI e como Senador e como Constituinte, e até tive a honra de ser, pela direção do movimento, encarregado de coordenar o assunto e o pronunciamento na Bancada do Distrito Federal. Mas quero também em referir ao grotesco episódio ocorrido, ontem, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que a V. Ex^a se refere. É, realmente, inadmissível. V. Ex^a muito generosamente, disse que fere a ética parlamentar. Eu lhe acrescentei, um aparte informal, que fere o decoro parlamentar, fere a dignidade parlamentar e apenas lembrei: não sei se cheguei a lembrar no impulso do meu aparte informal - que Barreto Pinto por muito menos perdeu o seu mandato, teve o seu mandato cassado por ofensa ao decoro parlamentar. E naquele tempo o que houve foi apenas...

O SR. JAMIL HADDAD — Uma montagem, a máfé do fotógrafo.

O Sr. Pompeu de Sousa — Não foi montagem, não. Na verdade, o meu colega David Nasser, com Jean Manzoni, combinou uma fotografia formal com Barreto Pinto em que ele estaria de casaca, mas simulou uma certa pressa na fotografia, disse que ia aparecer só a parte de cima e fotografou de casaca e de cuecas. E, com isso, o Congresso Nacional sentiu-se atingido no seu decoro e cassou o mandato. Eu não estou pleiteando a cassação do mandato desse rapaz que ontem ofendeu o decoro do Congresso Nacional e da Assembleia Nacional Constituinte. Estou apenas advertindo, e V. Ex^a, nobre Senador Jamil Haddad, foi até muito pudico ao se referir ao objeto que S. Ex^a expôs da tribuna e os jornais de hoje publicam abundantemente. De forma que creio que não ofendo, vamos dizer, a linguagem parlamentar quando digo que o objeto que S. Ex^a trouxe é um objeto conhecido como urinol, ou até como penico, e que está nos jornais de hoje como penico. Na realidade, S. Ex^a, com isto, mostrou-se absolutamente destituído da dignidade da instituição a que pertence, e é preciso que pelo menos seja disso advertido, para que isso não se repita, para que a dignidade das instituições democráticas não sejam ofendidas.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Pompeu de Sousa, eu li hoje estarrecido a decla-

ração de que o referido Constituinte é pastor protestante.

Srs. Senadores, que belo exemplo esse pastor deve levar ao seu rebanho.

O Sr. Pompeu de Sousa — Não creio que Deus o abençoe por este gesto.

O SR. JAMIL HADDAD — São atitudes como estas que denigrem mais e mais a imagem do Congresso Nacional. Nós sabemos que, hoje, o fato de declararmos que somos Senadores ou Deputados, que somos Constituintes, às vezes é temerário. Sabemos que o povo, em razão de atitudes iguais a essas e atitudes de traições por parte de determinados Constituintes aos projetos apresentados pomposamente nas praças públicas, o povo hoje está extremamente revoltado. E ainda mais quando vemos o Ministro da Fazenda declarar que, para se evitar a inflação, terá que se combater o aumento dos salários, e que os salários estão muito altos neste país. É a mesma falácia de sempre do FMI, e S. Ex^a declarou, com todas as letras, nesta Casa, que o FMI de agora é diferente do de 1983, quando S. Ex^a negociou com o mesmo, o que levou este País a uma grande recessão. Mas o culpado do déficit público são os salários. Não são...

O Sr. Pompeu de Sousa — Isto não espanta ninguém, de vez que S. Ex^a é discípulo do nosso colega Delfim Netto.

O SR. JAMIL HADDAD — São, na realidade, os empréstimos dados à Transbrasil, ao Sr. Mathias Macine, enfim, uma série de atitudes desonestas que estão sendo colocadas, hoje, diuturnamente, nos veículos de publicidade. E Sua Excelência o Senhor Presidente da República agora declara que a corrupção será combatida com violência. Esperamos que suas palavras sejam reais e que não estejamos vendo um filme que já vimos várias vezes. O que já se falou de combate à corrupção neste País, eu, desde que me conheço, como animal político, comecei minha vida política aos 16 anos, como estudante ainda, ouço falar em combate à corrupção. No entanto, não conheço nenhum corrupto, não conheço ninguém de colarinho branco que esteja preso por ter cometido falcaturas ou atos de corrupção. Espero que Sua Excelência, agora, comece a combater, e combata com toda a veemência, porque estaremos aqui para apoiá-lo. Foi constituída nesta Casa uma Comissão para apurar atos de corrupção. Composta de homens de alto nível intelectual e moral, não temos dúvida de que ela irá fundo nas investigações. Este é o grande momento para que a população volte a acreditar no poder político, porquanto comissões e mais comissões têm sido instaladas nas Casas políticas e nunca chegam à conclusão alguma que desperte a esperança junto à Nação de que o nosso Congresso está defendendo os anseios populares.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Marcondes Gadelha, com muita satisfação.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador Jamil Haddad, a corrupção é um estigma que

persegue este País desde o início da nossa civilização e que se acentou muito de um século para cá. Não houve um só Governo neste País que não estivesse sob suspeita de acobertar a corrupção ou de ser com ela, de alguma forma, conivente. V. Ex^a conhece bem os brados de Rui Barbosa, já no começo deste século. V. Ex^a conhece a história do "mar de lama" sobre Getúlio Vargas. V. Ex^a sabe que o melhor governo que este País já teve, o de Juscelino Kubitschek, foi enxotado com o símbolo da humilhação e do opróbrio que era uma vassoura com a qual se dizia que se ia escorregar o lixo moral que existia no Governo, que depois a História consagrou como um dos mais fecundos, populares e democráticos de toda a nossa tradição republicana. Deve haver alguma coisa para além do condicionamento humano nessa questão da corrupção, nobre Senador Jamil Haddad; deve haver alguma coisa para além da força dos governantes nesse problema grave que a todos nos atormenta, bem como aos nossos pais e avós. Não tenho nenhuma dúvida em afirmar a V. Ex^a que a corrupção no Brasil está intimamente ligada à natureza do regime, ao sistema de governo. A corrupção é um adereço inevitável dos regimes presidencialistas da América Latina e do Terceiro Mundo, de um modo geral. Não temos como mudar a natureza das pessoas, mas temos como criar barreiras naturais que tornem a administração infensa, refratária à corrupção, ou, pelo menos, que tornem, naturalmente, capaz de atenuá-la. Isso não é possível no presidencialismo, por causa da concentração de poderes, que é uma forma de autoritarismo, mesmo sob a capa da legalidade, e que leva, inevitavelmente, rade de Lord Acton, na Inglaterra, quando dizia que "o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente". O presidencialismo é sempre uma forma disfarçada de absolutismo que leva, inescusavelmente, à corrupção. V. Ex^a sabe que na nossa tradição republicana os Presidentes da República são literalmente irresponsáveis perante a sociedade e o Congresso Nacional. Não há como se responsabilizar a administração pública, neste País. Assim, nobre Senador Jamil Haddad, é preciso criar um meio que promova uma interação, na busca da transparência entre a sociedade e o Poder Executivo. Eu só conheço um sistema de governo que produz isso naturalmente, sem artifícios, sem exigir maiores virtudes das pessoas, sem exigir uma formação exemplar e monástica dos governantes e sem exigir um ascetismo e uma pureza quase química no comportamento dos funcionários governantes. Esse sistema de governo é o parlamentarista. Se V. Ex^a se der ao trabalho de examinar com olhos de cientista, que sei V. Ex^a é, como médico, um homem de formação racionalista, se for examinar minuciosamente os níveis de corrupção que existem no mundo todo, V. Ex^a encontrará um gradiente passando dos sistemas parlamentaristas mais puros até os sistemas presidencialistas de governo. Nem o presidencialismo único que funciona no mundo, que é o dos Estados Unidos da América, nem esse presidencialismo está isento de corrupção, e numa faixa bastante condenável que, também, atormenta os cidadãos daquele país. Teríamos, nobre Senador, que mudar a natureza do regime para criar uma categoria funcional chamada controle, uma categoria funcional chamada responsabilização, e isso não é

possível existir sob o sistema presidencialista de governo. Só há um mecanismo para atenuarmos os níveis de corrupção, daqui por diante, neste País: é mudando radicalmente a forma de administração, valorizando o Congresso Nacional. Mas, há de se dizer: bom, mas este Congresso também não é digno dessa respeitabilidade. Quero dizer que este Congresso sempre foi digno, em qualquer circunstância, mas qualquer tísna, qualquer mancha, qualquer impureza, eu atribuiria também ao fato de este ser o Congresso do presidencialismo e que, como tal, não tem outra função se não a de cartório para homologação de atos do Poder Executivo e, com isso, perde a sua própria respeitabilidade e, com isso, perde a sua própria capacidade para se impor diante do País, e diante de sua contraparte executiva dentro dos três ramos do Governo. Assim sendo, nobre Senador Jamil Haddad, quero convidá-lo para fazer uma reflexão: esta preocupação com a corrupção já se está tornando uma coisa obsessiva entre os brasileiros. Graças a Deus! Ainda bem que hoje obriga o debate entre o Presidente da República e a própria Igreja sobre essas questões, ainda bem que esses problemas estão ocupando as primeiras páginas dos jornais, ainda bem que nos estamos obrigando a uma reflexão. Está na hora, realmente, de tomarmos medidas eficazes. Eu prefiro confiar muito mais em mecanismos institucionais naturais de defesas do que em mudanças do comportamento do ser humano, que são absolutamente imprevisíveis.

Se nós conseguirmos essa mudança, nós estaremos mais a salvo, nós teremos uma salvaguarda natural, e o povo poderá, efetivamente, confiar nas suas instituições, confiar no seu Congresso, confiar no seu Poder Executivo, confiar na sua burocracia, confiar na sua administração.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Marcondes Gadelha...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nobre Senador, permita-me interrompê-lo porque nós teremos sessão da Constituinte às 13 horas e 30 minutos. Assim, peço a V. Ex.^a que encerre seu pronunciamento.

O SR. JAMIL HADDAD — Encerro, Sr. Presidente, declarando ao nobre Senador Marcondes Gadelha que concordo em gênero número e grau com a lúcida colocação feita no seu aparte, e dizer que, como Presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, esse assunto foi debatido em profundidade no nosso Partido. É parlamentarista, já votamos a favor do parlamentarismo na Comissão de Sistematização, e o nosso Partido luta pelo parlamentarismo com eleições diretas para Presidente da República em novembro de 1988. V. Ex.^a colocou muito bem o problema: a maneira de travarmos a corrupção é que o controle do Primeiro-Ministro e os Ministros seja feito por políticos. Porque se este Poder é muito criticado, e em alguns momentos é criticado sem justificativa alguma, se deve ao fato de ser um poder aberto, um poder onde tudo que se passa aqui extravasa para a imprensa e para a população brasileira.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a a concessão desse tempo para poder encerrar o meu discurso e a todos aqueles que me apartearam, abrindo o meu discurso. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Jamil Haddad o Sr. Humberto Lucena deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Com o falecimento do Doutor João Cardoso do Nascimento Júnior desapareceu uma ilustre personalidade que logrou dedicar toda a sua nobre e fecunda existência como médico, professor universitário, reconhecidamente competente e brilhante no desempenho de múltiplas atividades no magistério superior.

Foi médico de vários hospitais, do Departamento de Saúde Pública do Estado de Sergipe, Chefe do Serviço da Capital, da Legião Brasileira de Assistência, Chefe da Representação da Delegacia Federal da Criança, em Sergipe; Diretor da Maternidade Dr. João Firpo, do Hospital Santa Isabel, em Aracaju; Diretor do Hospital das Clínicas Dr. Augusto Leite, em Aracaju; Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe; Professor da Escola de Serviço Social; da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Medicina. Foi Presidente do Lions Club de Aracaju, e o Primeiro Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe em 1968 — para mencionar apenas alguns setores nos quais revelou um desempenho pessoal de categoria excepcional — o insigne professor João Cardoso do Nascimento Júnior quando exerceu o cargo de Secretário Estadual de Educação e Cultura, no governo Paulo Barreto de Menezes, criou, em 1972, o Festival de Arte de São Cristóvão.

Amigo dileto e que sempre contou com o meu irrestrito apoio, no que se referia a Universidade — instalações, pessoal, serviços — a personalidade do professor João Cardoso do Nascimento Júnior se caracterizava, primordialmente, pela sua cultura e invulgar talento, exemplar probidade, e reconhecida competência técnico-profissional.

Seria longo e desnecessário enumerar os êxitos obtidos no decorrer de sua brilhante trajetória, em todos os setores onde atuou, evidenciando os mencionados atributos de sua personalidade.

O falecimento desse notável médico, educador e homem público, representou, sem dúvida, uma perda irreparável para o Estado de Sergipe, ao qual prestou os mais assinalados serviços.

São estas as razões que me trazem à tribuna do Senado Federal a fim de registrar, nos concisos limites deste pronunciamento, o falecimento de um homem de bem, cuja amizade sempre foi para mim motivo de justificada satisfação e orgulho.

É por isso que reitero, neste momento, as expressões de minha saudade, conjuntamente com os sentimentos de tristeza do povo sergipano.

Envio, ao mesmo tempo, à S. Exma. esposa, filhos e filhas, as minhas sinceras condolências e votos de profundo pesar pelo falecimento do saudoso e eminente professor João Cardoso do Nascimento Júnior — amigo inesquecível a quem Sergipe muito deve.

Não poderia encerrar essas considerações, sem transmitir ao atual Reitor da Universidade Federal

de Sergipe, professor Eduardo Conde Garcia, o nosso sentido pesar pelo desaparecimento daquele saudoso Mestre, que como seu Primeiro Reitor, muito contribuiu para consolidar o futuro da Instituição.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PTB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O problema habitacional enfrentado pela população brasileira de baixa renda continua insolúvel.

A cada dia, fica mais caracterizada a distância que existe entre o desejo e o próprio discurso dos governantes e a realidade enfrentada por milhares de brasileiros.

Neste momento, dezenas de famílias do Conjunto Cidade Praia, no Município de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, vivem um pesadelo.

O pesadelo de não poderem arcar com os onerosos custos financeiros do imóvel que adquiriram pelo Sistema Financeiro de Habitação pensando que estavam realizando um velho sonho, concretizando uma ansiada aspiração.

E o seu pesadelo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o mesmo enfrentado por milhares de outros brasileiros.

Prometeram-lhes, além de imóveis compatíveis com suas respectivas rendas, condições de pagamento à altura da capacidade orçamentária de cada um.

Sobre este particular, o próprio contrato de compra e venda com quitação parcial que assinaram, estabelece que o reajuste das prestações só ocorrerá dois meses depois do reajuste salarial do devedor.

Entretanto, essa cláusula contratual tem-se constituído em letra morta.

Resultado: humildes pais de família, cuja renda, em sua maioria, não ultrapassa os dois salários mínimos, estão se vendo na contingência de não poderem liquidar prestações reajustadas irregularmente.

Quem conhece a ombridade e a dignidade do pobre e sofrido homem nordestino; o rigor com que assume a responsabilidade do cumprimento de seus compromissos, sabe que o simples atraso já é motivo mais do que suficiente para transformar seu sonho num interminável pesadelo.

Só que o seu drama apenas está começando. Pois, se as prestações são reajustadas além de limites contratualmente estabelecidos, o que está acontecendo com o cálculo dos ônus financeiros resultantes dos atrasos, assume proporções ainda mais monstruosas.

Daí, surge uma consequência inevitável: a possibilidade de liquidação desses débitos torna-se cada vez mais remota, institucionalizando, no seio de cada família pobre um clima de insegurança, incerteza e intranquilidade que precisa imediatamente ser superado.

Não é justo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que brasileiros humildes, que já carregam um fardo tão pesado em vista das dificuldades econômicas que a Nação atravessa, ainda tenham que arcar com esse tipo de penalização.

Solidário com os meus conterrâneos que enfrentam, hoje, tal situação, desejo fazer chegar,

neste momento, ao Exm^o Sr. Ministro da Habitação e Urbanismo, Deputado Prisco Viana, o meu veemente apelo no sentido de que, imediatamente, cessem as ameaças de despejo que estão sendo feitas a mutuários de baixa renda no Conjunto Cidade Praia, em São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, bem como em conjuntos congêneres espalhados por outros Estados brasileiros.

Cessadas essas ameaças, urge um estudo para a adequação do valor das prestações às cláusulas contratuais. É preciso também que sejam dispensados os encargos financeiros sobre prestações atrasadas por terem sido irregularmente majoradas; e, por último, uma composição para a liquidação do débito resultante desse atraso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a firme convicção de que o Sr. Ministro Prisco Viana será sensível ao apelo que ora estou formulando.

Não advogo a adoção de nenhuma medida de cunho paternalista. Mas, não posso deixar de encerrar a situação atual como sendo a concreta configuração de uma esdrúxula injustiça que merece imediata reparação.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Contrariando as insistentes manifestações governamentais de que o País está em vias de colher uma safra agrícola, o que se verifica nos centros de abastecimento de gêneros alimentícios desautoriza esse otimismo. Primeiro, porque a falta de alimentos é notória, refletindo-se numa insuportável ascensão dos preços ao consumidor, cujo poder de compra, em contrapartida, é cada vez menor. Em segundo lugar, porque essa dura realidade acelera a espiral dos preços a partir dos insumos básicos, fazendo com que a atividade produtiva da lavoura ceda lugar à especulação financeira, esta cada vez mais estimulada pela voracidade com que o Governo se lança à cata de dinheiro no mercado interno para custeio de seu déficit.

Em verdade, a expectativa governamental de uma grande safra não diz respeito nitidamente à fatura na mesa dos brasileiros. Antes, situa-se na estreita faixa dos produtos de exportação, como o café; a soja e a laranja, principalmente, enquanto os grãos alimentícios (arroz, feijão, milho) e os produtos hortifrutigranjeiros desaparecem dos supermercados e das feiras, tomando-se artigos de luxo como carne, peixe, frango e outras "especiarias" que não mais chegam à mesa do cidadão comum.

Numa rápida avaliação da safra recorde alcançada no ano passado, observar-se-á que os 65 milhões de toneladas obtidos incluíam 35,4 milhões de sacas de café, grande parte da qual ainda permanece em estoques à espera de melhores cotações no mercado internacional. Assim também foi com a soja e com a laranja, cuja produção se expanda em razão da demanda no mercado externo; mesmo assim sacrificando o mercado interno, cuja demanda nem sequer tem sido considerada.

Assim, enquanto as questões institucionais do País são artificialmente prolongadas em detrimento

da eficiência na elaboração do novo texto constitucional, a transição política e as questões econômicas transformam-se num pesadelo para toda a população. Agora, é a fome que ronda os lares brasileiros, a falta de uma administração realmente voltada para os interesses populares.

Sr. Presidente,

É falacioso dizer-se que o Governo está estimulando o desenvolvimento da agricultura no País. Comprova recente estudo desenvolvido por técnicos do Serviço de Informações do Mercado Agrícola (SIMA), órgão do Ministério da Agricultura, no Espírito Santo, e da Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), órgão da Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo, cujas conclusões apontam para o fato de que nenhum dos 13 produtos agrícolas mais cultivados no Espírito Santo conseguiu, no ano recém-fimado (1987), variação de preço de venda igual ou superior ao índice de inflação (365,98%) do período. Pior: todos os preços médios da agricultura capixaba — e no restante do País não foi diferente — situam-se bem abaixo da inflação (vide quadro em anexo).

Nada mais natural, portanto, do que a atividade produtiva do campo estar cedendo lugar à especulação financeira sustentada pelo próprio Governo, evidente desestímulo à agropecuária, hoje, sem sombra de dúvida, uma fonte de permanente preocupação para quem assume responsabilidades públicas maiores. Não basta que se concedam créditos ao agricultor, pois as taxas de juros são muito altas, a correção monetária é plena e o homem do campo se encontra completamente descapitalizado. Impõe-se seja restabelecida uma política de subsídios capaz, em si mesma, de restabelecer a confiança do produtor rural na própria economia da terra.

Srs. Senadores,

A evidência dos fatos dispensa maiores comentários quanto à necessidade de que o Brasil se liberte, o quanto antes, de duas grandes dificuldades do momento. E isto passa, sem dúvida, pela conclusão do período de transição democrática, com a instalação de um Governo plenamente legitimado pelas urnas e, portanto, digno da confiança e da credibilidade do povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a abordar outro assunto:

Não obstante o fato de que é um Estado de pequenas dimensões territoriais e, por via de consequência de reduzidas possibilidades econômicas no setor primário, o Espírito Santo não se tem descurado da necessidade de ampliar o aproveitamento dos seus recursos naturais.

Lá estão conjuminados os esforços da área governamental e do empresariado, notadamente quanto à modernização da economia regional na direção dos mercados de consumo mais regulares e mais promissores, de maneira a adequar a produção primária ao crescimento industrial do próprio Estado e da Região Sudeste do País, sem que se perca de vista, inclusive, o mercado externo.

Agora mesmo, após aprovação do Governador Max Mauro, o Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Bandes) está pondo em prática a execução de intensivos programas de apoio à pecuária leiteira — o Espírito Santo é um dos principais fornecedores de leite e derivados para o Rio de Janeiro e São Paulo — e do

cultivo de mais 840 hectares de seringueiras, destinado a colocar o Estado entre os principais produtores de borracha natural do País, um produto de crescente demanda na área tecnológica industrial.

Tais projetos são desenvolvidos conjuntamente entre o Bandes e a Secretaria da Agricultura do Governo do Estado, através dos quais, apoiados pelas respectivas entidades de classe, os produtores rurais capixabas têm oferecido ao desenvolvimento da economia regional expressiva contribuição, principalmente no que tange à substituição a culturas tradicionais, como o café, por exemplo, sujeitas permanentemente a cotações muito variáveis no mercado.

Este registro se faz necessário, Presidente, à vista das dificuldades econômicas vividas pelo Brasil no relacionamento de suas trocas comerciais com o mercado externo, pelo que demonstra o grau de consciência com que a nova administração do Espírito Santo tem procurado adequar os recursos físicos da geografia capixaba à necessidade de modernização da economia neste País.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Num momento em que, suscitadas pelo amplo debate do projeto constitucional em elaboração, chegam à cena política as questões sociais mais relevantes do País, não nos pode passar despercebida a grave injustiça que historicamente tem sido imposta aos aposentados brasileiros. São milhões de pessoas, um denso e vasto contingente silencioso que, ao deixarem a atividade produtiva após uma vida inteira de serviços, durante a qual contribuíram para os cofres da Previdência Social objetivando uma velhice condigna e tranqüila, são subitamente lançados ao esquecimento, em situação de penúria crescente. Aposentadorias e proventos transformam-se-lhes em castigo, e não em justo prêmio, por direito conquistado, à valiosa e indispensável contribuição que deram ao País.

A ninguém é lícito desconhecer — nem, muito menos, aos congressistas-constituintes que conosco dividem a nobilíssima tarefa de elaborar a nova Carta Constitucional — que o Estado brasileiro tem o dever de reconhecer constitucionalmente os direitos sociais desses milhões de brasileiros consideradas "de segunda classe".

Aliás, o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização estabelece, procurando corrigir essa terrível injustiça, que aos aposentados devem ser concedidos proventos equiparados e condizentes com a situação do trabalhador e da sua família no momento próprio da aposentadoria, com direito à atualização salarial do trabalhador em atividade no mesmo nível de capacitação. Vale dizer, o trabalhador deverá ser aposentado com o mesmo salário ou vencimento relativo à última contribuição previdenciária compulsoriamente descontada sobre o que ganha no último mês de trabalho, com direito inclusive à atualização salarial, sem perda, **ipso facto**, do poder de compra do salário.

Só assim, Sr. Presidente, nós Constituintes poderemos corrigir tão grave injustiça social quanto a que leva milhões e milhões de trabalhadores idosos à miséria e à humilhação imerecidas a que foram relegados.

No projeto constitucional da Comissão de Sistematização esse capítulo pode ser considerado um dos maiores avanços sociais da nova Carta

em elaboração. No entanto, nuvens sombrias ameaçam de retrocesso a proposta. O pior é que se originam no próprio setor previdenciário governamental, sob o pretexto de que a fraude, ora embutida em contribuições previdenciárias apenas relevantes no último ano de atividade do trabalhador, possa continuar beneficiando imerecidamente os que burlam a lei, conforme tem sido praxe neste País.

Ora, Srs. Senadores, o texto da Comissão de Sistematização é perfeito, porque socialmente justo. Não se pode continuar prejudicando o legítimo direito de milhões e milhões de trabalhadores, simplesmente porque uma minoria tenta obter pelos desvios legais benefícios não conquistados.

Faça-se, então, uma legislação complementar e ordinária capaz de prevenir o Estado contra a atuação dos aproveitadores, estabelecendo-se com rigor regras saneadoras, mas não se cometa o erro, mais uma vez, de injustiçar milhões de trabalhadores sérios e honestos, adotando-se por norma o conceito generalizante de que todos burlam a lei. A exceção não pode produzir a norma geral.

Impõe-se reconhecer, Srs. Senadores que, sendo compulsória e irreversível, a contribuição previdenciária imposta aos salários dos trabalhadores não pode ser entendida como fator gerador de "benefícios", como eufemisticamente se diz por aí, mas, isto sim, constitui **direito**; em síntese, quando o aparelho previdenciário estatal oferece qualquer serviço ao trabalhador, em verdade não está oferecendo "benefício", mas retribuindo um direito; assim o é com a concessão da aposentadoria, para cuja obtenção o previdenciário **pagou** durante toda uma vida de trabalho.

Quero deixar aqui delineado, Sr. Presidente, o meu mais caloroso desejo de que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte mantenha no texto final da nova Carta o que dispõe o projeto da Sistematização sobre o direito dos aposentados a uma velhice tranqüila e digna — corrigindo enfim, de uma vez por todas, o grave quadro de injustiça social a que são relegados os milhões de brasileiros que a cada ano deixam a força de trabalho para o descanso, merecido e justo, da aposentadoria.

Continuo, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acaba de revelar-se à opinião pública do Espírito Santo a existência de estudos técnicos desenvolvidos pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com vistas à construção de um trecho ferroviário entre o município capixaba de Aracruz e o Sul baiano, numa extensão aproximada de 200 quilômetros, empreendimento que se destina a aliviar o congestionamento dos transportes, observado atualmente, na rodovia BR-101, principalmente pela viabilização dos fluxos de exportação da celulose que será produzida pela unidade fabril da Bahia Sul, cuja implantação já foi iniciada no plano físico.

De nítido sentido integracionista, o trecho ferroviário em estudos propiciará, além de garantia de normalidade na exportação da celulose a ser produzida no Sul da Bahia através do Portocel, porto especializado no embarque marítimo de celulose componente do "lay out" da Aracruz Celulose S.A., um elevado índice de apoio logístico ao desenvolvimento regional do Norte espírito-santense, interessando sobremaneira à matura-

ção dos projetos desenvolvimentistas alimentados pelo Governo do Espírito Santo, sem que se perca de vista, ainda, os seus efeitos econômicos positivos em favor do Nordeste Mineiro e do já citado Sul baiano.

Este, sim, Sr. Presidente, é um projeto realmente identificado com as necessidades de desenvolvimento socio-econômico de importantíssima região do Leste brasileiro e da economia nacional, como um todo, até porque já de início auto-sustentável na associação de interesses da CVRD com o projeto industrial da Bahia Sul, posto que garantirá a comercialização integral da celulose baiana no âmbito do mercado externo, assegurando-se desta forma o êxito dos investimentos programados pela própria CVRD, detentora de 45 por cento das ações da Sul Bahia.

Assim, Srs. Senadores, ao anunciar o meu irrisório apoio à iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce pela notória objetividade com que persegue as metas de desenvolvimento regional nas áreas territoriais e econômicas sob sua influência, desejo também explicitar o meu estímulo político e pessoal ao manifesto desejo do governador Max Mauro e de sua equipe administrativa ao anúncio do projeto ferroviário, inquestionavelmente um novo e valioso instrumento do desenvolvimento regional.

Sendo o que tinha para revelar a V. Ex^a nesta oportunidade, prometo voltar ao assunto na medida em que por novas motivações possa aprofundar o meu engajamento na grande questão nacional que é a concretização definitiva do sistema integrado de transportes do Corredor de Exportação Goiás/Minas Gerais/Espírito Santo — razão fundamental dos aprofundados estudos procedidos nesta Casa em Comissão Especial por mim presidida, com o apoio e a solidariedade de V. Ex^a.

Mais um tema, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde que se instalou no País o Governo da transição democrática, eleito especificamente pelo Colégio Eleitoral sob o signo das idéias de mudanças consagradas na pessoa do saudoso Presidente Tancredo Neves — desde então, repito, tenho pregado a necessidade de que a classe política faça por onde melhor interpretar o seu papel, sem perder de vista, em momento algum, as esperanças, ansiedades e angústias que, nesta época de indefinições políticas e socio-econômicas, substituem a felicidade do povo brasileiro por tensões e sofrimentos.

Mais recentemente, agravado o quadro nacional pelo clima de indecisões e titubeios que caracteriza — como não poderia deixar de ser — uma administração nitidamente transitória e por isso mesmo carente de horizontes e de objetivos políticos e institucionais, porque também não consagrada pela legitimidade do voto popular, torna-se cada vez mais agudo e doloroso o sentimento de que a transição é lenta e cada vez mais retardada a reconstrução democrática do País, sustentando-se em casuísmos que perenizam velhas e superadas práticas de governo, em evidente detrimento dos interesses da Nação.

Pior que isto, Sr. Presidente, a ação protelatória dos que se apegam ao poder ilegítimo já provoca reações em cadeia no conjunto das quais a insatisfação social toma conta dos mais significativos e diversos segmentos da coletividade, até mesmo

justificando sérios temores de parte nos setores mais extratificados da consciência política do País, pela antevisão de ruturas cívicas totalmente insusceptíveis à reconstrução democrática — melhor dizendo —, até mesmo ameaçadoras do equilíbrio social e político indispensáveis ao futuro brasileiro embutido nos ideais da Nova República instalada em 15 de março de 1985.

Srs. Senadores,

Já enfatizando a veracidade dos meus primeiros receios, revigoro neste instante, pelo claro tom de unanimidade com que se têm caracterizado as mais diversas manifestações expressas nesse sentido pelos mais variados setores da sociedade organizada — de empresários, de intelectuais, de estudantes e de trabalhadores em geral —, todos, sem exceção, temerosos de que o prolongamento exagerado deste processo de transição política possa comprometer irremediavelmente processo constitucional e, por via de consequência, a normalização definitiva da vida brasileira.

Agora mesmo, exibindo a autoridade de quem ausculta permanentemente os anseios populares de quase toda a grande massa cristã deste País, a CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em vigorosa nota distribuída a todos nós, Constituintes, adverte para o fato de que "é da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo", aduzindo que a insatisfação popular decorrente dessa transição interminável "poderá explodir e assumir proporções catastróficas" — e decerto, observo eu, tais conceituações não constituem profecia, porque lógicas na apreciação da realidade brasileira destes dias.

A nota da CNBB aos Constituintes, que de resto está sendo distribuída a todas as Dioceses do País, pede urgentes definições desta Assembléia Nacional Constituinte sobre o novo sistema de governo, a duração do mandato do atual Presidente da República e a data das eleições presidenciais, apontando a necessidade de que se levem em conta "os anseios do povo por decisões que marquem o fim da transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional".

Srs. Senadores,

A nota da CNBB, que também faz severa crítica à tolerância com que os dirigentes do País encaram o recrudescimento da corrupção, posto num imobilismo que caracteriza "a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética", merece ser lida e avaliada em todos os seus termos, posto que nada mais faz do que refletir com fidelidade o que se passa neste momento na alma nacional.

De minha parte, vejo no evento ora descrito, com certo e justificado orgulho, a demonstração de que minha pregação por todos os lugares por onde passo sempre esteve e continua assentada na realidade.

Oxalá, Deus nos permita, a tempo e oportunidade certos, dar conclusão aos trabalhos de elaboração do texto constitucional, antes que circunstâncias incontroláveis — que só aproveitam às forças do autoritarismo medieval — possam comprometer o ideário que levou o povo brasileiro em massa às praças públicas para exigir o fim da ditadura e um futuro melhor e mais digno para esta nossa insuspeitamente democrática comunidade nacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Srs. Senadores, tendo em vista a ocorrência de sessão da Assembleia Nacional Constituinte, com início previsto para às 13 horas e 30 minutos de hoje, e considerando a impossibilidade do funcionamento da sessão do Senado com o da Assembleia Nacional Constituinte, por força regimental, a Presidência vai encerrar a sessão:

Em consequência, ficam com a apreciação adiada as matérias constantes da Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias que têm sua apreciação adiada.

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 28, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.689,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberai, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.650,42 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.424,51 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Monteiro, Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mococa, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.146,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, a

contratar operação de Crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1988, que autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.200.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

9

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 36, de 1988, que autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.879.699,25 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37 de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.600,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.519,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 39, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.790,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 49.342,11 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Antonio João, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.800,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aral Moreira, Estado do Mato Grosso do

Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.411,27 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

16

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 43, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 30.075,18 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

17

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre o critério adotado pelo atual governo para a concessão de canais de rádio e de televisão através daquele Ministério.

18

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1988, de autoria dos Senadores Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli, que modifica o art. 2º da Resolução nº 22, de 1988. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 29 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 10, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.766/88-7, resolve aposentar, voluntariamente, Waldemar Gomes Tinoco, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, aumentado de 20% observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 11, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.856/88-6, resolve aposentar, voluntariamente, Antônio José da

Rocha, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, aumentados de 20%, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 12, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.743/88-7, resolve aposentar voluntariamente, Dionísio Motta da Costa, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea "a" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º, da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos inte-

grais, aumentados de 20% observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 13, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000851/88-4, resolve aposentar, voluntariamente, Euclides de Faria Malhado, Assistente Legislativo, Classe "Especial", Referência NM-35, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, inciso IV, 414, § 4º e 438 da Resolução SF nº 58, de 1972, artigo 2º parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, aumentado de 20%, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º da Constituição Federal.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 14, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora

nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.839/88-4, resolve aposentar, voluntariamente, Gumerindo Rodrigues da Motta, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, 414, § 4º da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, aumentado de 20% observado o disposto no artigo 102, § 2º da Constituição Federal.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 1, DE 1988

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do disposto no art. 5º do Ato nº 152, de 1985, do Senhor Presidente do Senado Federal resolve:

Art. 1º Designar os servidores Paula Cunha Canto de Miranda, Esdras Neves de Almeida, Raimundo Carreiro Silva, José de Ribamar Duarte Mourão, José Jabre Baroud, Guido Faria de Carvalho e José Ribamar Teixeira Luz para, sob a Presidência da primeira, comporem Comissão Especial destinada a apresentar até o dia 15 de março de 1988, as conclusões finais das avaliações efetuadas pelo Grupo Especial de Trabalho designado pelas Portarias nºs 14 e 15 de 1987.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1988. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

MESA

Presidente

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

Líder da Maioria

Rachid Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Lourenberg Nunes Rocha

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Carlos Chiarelli

Vice-Líderes

João Menezes

Edison Lobão

Marcondes Gadelha

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos

Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Antonio Farias

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho

Lavoisier Maia

PL

Itamar Franco

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11.00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 3168.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Antonio Faria

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia L. Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Sala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PS - CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70 160

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 países.

Volume 1

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular de

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

Volume 2

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

Volume 3

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

Preço = Cz\$ 500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clèmerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schüller**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembleia Nacional Constituinte — **Nailé Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar — Praça
dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
— Telefone: 211-3578

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988
(nºs 97 a 100): Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.